



Dispensa comentários. É mais um testemunho do muito que no Alentejo se fez ao longo dos últimos 40 anos pela criação e instituição das Regiões Administrativas em Portugal.

O presente trabalho, elaborado a partir de reportagens e imagens do “Diário do Alentejo” e a exemplo dos trabalhos anteriores, evita deliberadamente afirmações e polémicas que, pertencendo ao passado, em nada iriam contribuir para a necessária unidade de que o Alentejo precisa para fazer face aos desafios que tem pela frente e que justificam a criação de AMAlentejo.

A selecção de textos e imagens não tem qualquer outro objectivo.

Com a inclusão do presente trabalho fecha-se o ciclo que justificou o espaço “Alentejo diz SIM à Regionalização” no sítio de AMAlentejo.

Um novo ciclo se abriu com a criação de AMAlentejo. Um novo ciclo que tendo presente as lições do passado se inicia com a consciência das dificuldades presentes mas com confiança inabalável no futuro.

Porque é o amor ao Alentejo que nos une e motiva. Porque o Alentejo precisa do saber, vontade e empenho de todos.

O Alentejo tem futuro!

A Comissão Promotora de AMAlentejo

Avança movimento *Sim* pela regionalização

AUTARCAS ALENTEJANAS DINAMIZAM MOVIMENTO DE CIDADÃOS

Sim à regionalização

A pensar no referendo sobre a regionalização, provavelmente no próximo Outono, autarcas alentejanas avançam já com a criação de um amplo movimento pelo *Sim*, aberto a todos os cidadãos. "Alentejo: Sim à Regionalização" assim se chamará o movimento, que será apresentado na próxima semana.

Tendo em vista a defesa da instituição das regiões administrativas e a criação da Região Alentejo, autarcas alentejanas estão a promover um movimento de cidadãos denominado "Alentejo: Sim à Regionalização". O objectivo é, face à previsível marcação de um referendo sobre a regionalização para o próximo Outono, dinamizar a campanha pelo *Sim* em todo o Alentejo e no seio das comunidades alentejanas no País.

O movimento constituirá comissões dinamizadoras locais e a nível das freguesias da região, formadas por eleitos locais, activistas de partidos políticos, de associações e de colectividades, tendo como primeira preocupação a recolha das cinco mil assinaturas necessárias para a sua legalização.



ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL

política

Sim à regionalização

Um grupo de destacados cidadãos acaba de lançar um movimento denominado Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal. O objectivo é, tendo em vista o referendo sobre a regionalização, previsto

para o Outono, dinamizar a campanha pelo Sim à regionalização e pelo Sim à Região Alentejo. O movimento, de âmbito nacional, vai agir no Alentejo e junto das comunidades alentejanas. **pág. 5**

24 DE JULHO DE 1998 **5**

Política

GRUPO DE CIDADÃOS - ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL

Um movimento aberto e plural

Um grupo de cidadãos acaba de lançar as bases de um movimento a favor do Sim à regionalização. Intitulando-se "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", este movimento diz-se aberto a todos os cidadãos, independentemente da sua filiação partidária ou credo religioso, e procurará mobilizar personalidades dos diversos quadros da sociedade portuguesa no sentido de se pronunciarem a favor do Sim à regionalização, a favor do Sim à Região Alentejo. O primeiro passo deste movimento foi dado em Évora, na segunda-feira, 20, tendo sido convocada uma conferência de imprensa, que decorreu na Associação de Municípios.

Presentes Rogério Brito, presidente da Câmara de Alcácer do Sal e do Conselho da Região; Alfredo Barros, presidente da Câmara do Redondo e da Associação de Municípios do Distrito de Évora; Fernando Travnos, presidente da Câmara de Grândola e da Associação de Municípios do Litoral Alentejano; Manuel Canadado, presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja; e António Fernandes, presidente da Câmara de Évora e da Assembleia Distrital de Évora. Todos eles são autarcas de municípios e membros do Conselho Executivo do MARD (Movimento Alentejo para a Regionalização e Des-



Alguns dos principais promotores do movimento Sim à Regionalização, por Portugal

volvimento), que lançou a iniciativa que, já a seguir, vai desvincular-se do MARD e ser um movimento em si mesmo vinculado a cidadãos.

O movimento agora criado, ainda segundo Rogério Brito, "vai ser um movimento de âmbito nacional, de esclarecimento e de dinamização dos cidadãos para a compreensão que é a regionalização, a importância da regionalização e, logicamente, para a votação massiva que todos desejamos que seja o mais descentralizada possível, por forma a poder chegar a todos os cantos e recantos do nosso Alentejo e também de todo o espaço português onde existam alentejanos. Sendo certo que nós temos a compreensão que a regionalização é, sobretudo, um projecto nacional, ex-

tendemos que a regionalização é um movimento para reforçar, exactamente, a coesão nacional. É um movimento por mais Portugal que queremos".

Alfredo Barros quis, por seu turno, acrescentar algumas notas ao que já tinha sido dito: "fui eu que fui para construir um movimento batido 25 mandatórios. O facto de teres sido convidado todos os presidentes de câmaras e assembleias municipais teve como objectivo alargar o movimento a todos os leques políticos-partidários. Porque se não teria sido muito fácil arranjar 25 mandatórios e avançar com o movimento. Não é o que se pretende e por isso o movimento é bastante mais alargado".

Por outro lado, sublinhou o autarca, "não é por acaso que o movimento nasceu poder local. Todos nós sabemos que um dos argumentos dos apoiantes

do Não é que a regionalização irá prejudicar as autarquias, irá retirar competências. Nós entendemos que não. A regionalização vai reforçar o papel das autarquias, vai reforçar o poder local e aqui estamos a assumir muito claramente e a dar o pontapé da saída para o lançamento deste movimento, tendo como mandatório, na sua base, precisamente presidentes de câmaras municipais".

Racionalizar a gestão é o que se pretende

Alfredo Barros deixou outra nota: "O movimento é de âmbito nacional. Nasce no Alentejo mas é de âmbito nacional, para intervir pelo Sim à regionalização em todo o espaço territorial, em todo o País".

Entre as pessoas que se têm manifestado a favor do Não à re-

gionalização encontra-se o antigo Presidente da República, Mário Soares, que terá dito qualquer coisa como isto: a regionalização será um desastre para o País. O repórter pediu aos autarcas presentes um comentário sobre esta posição de Soares. Respondeu Rogério Brito dizendo que "é o argumento mais fácil para assumir uma posição à regionalização. É mais fácil ser destrutivo na forma de abordar o problema da regionalização do que ser construtivo, pedagógico. O que é que queres? É fácil utilizar este tipo de argumentos primitivos junto dos cidadãos para os desmobilizar de um determinado objectivo".

Na opinião do autarca, "o que está em causa é a criação de regiões administrativas, que não põe em causa nem direitos do País, nem direitos dos cidadãos. No fim de contas, a divisão administrativa é uma coisa territorial que se presuppõe contra uma unidade territorial de gestão, por via dos recursos endógenos, por via de aspectos culturais, por via, ao fim de contas, das afinidades dos cidadãos, em que se pensa que é possível, logicamente, concertar, organizar, planejar os recursos, as capacidades no sentido do desenvolvimento. Isto é a região administrativa. Tudo o mais é um empolamento artificializando, no fim de contas, criar uma dramatização que ponha em causa a própria regionalização".

Rogério Brito chamou ainda a atenção para o seguinte: "nós, hoje, eu na qualidade de presidente do Conselho da Região do CCR Alentejo, e ou-

tros, existem ao longo do País. Ou seja, já hoje nós temos, na prática, um funcionamento e uma concepção de organização do Estado de base regional. É evidente que feita através de órgãos desconcentrados do poder central, feita por nomeação do poder central. Aquilo que nós pretendemos é que, no fim de contas, a gestão deste espaço seja feita não através de órgãos desconcentrados mas de órgãos eleitos pelos cidadãos. É tão somente essa diferença. É bom que as pessoas tenham a percepção disto quando se está a fazer da regionalização um bicho de sete cabeças. Não é verdade. É uma questão de racionalização da gestão de meios. É tão somente aquilo que se pretende: racionalizar, combater a prepotência da administração central, a prepotência administrativa, no sentido de desburocratizar, tornar mais fácil a relação entre o poder e os cidadãos e, sobretudo, possibilitar, libertar todas as potencialidades que uma região pode ter do ponto de vista das suas capacidades humanas, científicas, tecnológicas, do ponto de vista dos seus recursos endógenos. Poderemos, no fim de contas, sermos obreiros também do nosso próprio destino. Sem que isto ponha em causa, obviamente, aquilo que é o planeamento nacional, aquilo que são as grandes linhas políticas nacionais. Isso não está em causa. Agora, queremos ser obreiros também do desenvolvimento da nossa própria região", sublinhou o presidente da Câmara de Alcácer do Sal. **L.R.**

Fazer campanha pelo Sim em todo o País

Ao anunciar a criação do movimento Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal, o presidente do Conselho da Região do CCR, Rogério Brito, fez a seguinte declaração:

"A criação e a institucionalização das regiões administrativas são uma importante reforma da administração pública. Compete às regiões, nos termos constitucionais, a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia e sem limitação dos respectivos poderes, bem como a elaboração de planos regionais e a participação na elaboração de planos nacionais".

Regionalizar é descentralizar e democratizar poderes, competências e meios que hoje se encontram em órgãos desconcentrados e não deitados da administração central.

As regiões administrativas, enquanto poder regional autónomo democrático, podem e devem estimular mais participação dos cidadãos. Podem e devem ser factor benéfico ao desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. Podem e devem ter em conta a diversidade de pólos urbanos e de desenvolvimento existentes e ser um instrumento corrector das assimetrias.

As regiões administrativas significam uma grande oportunidade para uma reforma da administração pública, são a possibilidade de criação de áreas de gestão dos serviços públicos mais lógicas, mais próximas dos cidadãos, mais conformes com a evolução e a realidade

do País e as necessidades de desenvolvimento, assim reforçando a coesão e unidade do País.

Por mais democracia, maior participação, mais poder local, melhor gestão, mais transparência, menos burocracia, mais solidariedade, menos centralização, maior coesão nacional".

Esta é a base em torno da qual nasce este importante movimento que tem como objectivo a dinamização da campanha pelo Sim à regionalização, pelo Sim à Região Alentejo não só em toda a região alentejana mas igualmente junto das principais comunidades de alentejanos dispersas pelo País, apelando às portuguesas e aos portugueses para que participem activamente no referendo sobre a regionalização e votem massivamente Sim à regionalização, por Portugal.

O movimento Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal, sendo um movimento aberto a todos os cidadãos e a todos os cidadãos, independentemente da sua filiação partidária ou credo religioso, procura, de acordo com a sua natureza, mobilizar personalidades dos mais diversos quadros da sociedade portuguesa — políticos, sociais, culturais, económicos — no sentido de se pronunciarem pelo Sim à regionalização, pelo Sim à Região Alentejo, e apelarem às portuguesas e aos portugueses e muito em particular às alentejanas e aos alentejanos para que participem activamente no referendo sobre a regionalização votando massivamente Sim à regionalização, por Portugal.

Considerando a natureza autárquica das regiões administrativas,

o seu carácter complementar do poder local democrático existente e tendo presente o empenho inquestionável do emagrecimento maioritário das autarquias na sua criação e instituição, o movimento Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal terá como mandatórios todos os presidentes de câmaras, presidentes de assembleias municipais e presidentes de associação de municípios do Alentejo que o subsciverem.

Neste momento, o movimento conta já com a declaração de aceitação para mandatórios de cerca de 50 presidentes de câmaras, presidentes de assembleias municipais, presidentes de associações de municípios, presidentes de assembleias distritais, além do presidente do Conselho da Região do Alentejo, na sua qualidade, naturalmente, de cidadão e cidadão empilhado e primeiros subscritores do Grupo de Cidadãos - Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal.

O movimento irá assentar a sua estrutura numa comissão executiva (a designar em breve entre os mandatórios), nos mandatórios e em comissões dinamizadoras de âmbito distrital, concelhio, de freguesia e de local de trabalho, cuja primeira preocupação deverá ser naturalmente a recolha das cinco mil assinaturas necessárias para o reconhecimento do Grupo de Cidadãos - Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal.

O movimento promoverá na próxima semana, em local e hora a indicar, uma iniciativa pública onde serão apresentados todos os mandatórios. □

Diário do Alentejo

ANO LXVII N.º 850 (I SÉRIE) • 7 A 13 DE AGOSTO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAÍ ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00 • TAXA PÁGINA 7800 BEJA

em foco

Em Évora, o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" apresentou os mandatários e os primeiros apoiantes, tendo iniciado já o processo de legalização



Regionalização em movimento

Os músicos Tim, Vitorino, Janita Salomé, Paco Bandeira, Samuel, Nuno da Câmara Pereira, Francisco Seia e Luísa Basto, o escultor Jorge Vieira, os pintores António Inverno e Raul Perez, o fotógrafo António Cunha, os escritores Joaquim Pessoa e José Fanha, o arqueólogo Cláudio Torres, o jornalista Miguel Urbano Tavares, a arquitecta Margarida

Cancela de Abreu, o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho, "capitães de Abril", são alguns dos cidadãos que apoiam o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal". Os mandatários e os primeiros apoiantes foram apresentados, no dia 30, em Évora. O movimento começou já a preparar a sua legalização. **págs. 2 e 3**



Queremos participar na construção do País

Luís Rocha

O Movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", deu mais um passo no sentido da sua institucionalização. Começou por ter uma comissão promotora, constituída por oito autarcas. Na passada quinta-feira, 30 de Julho, promoveu uma iniciativa em Évora, nas chamadas Ruínas Fingidas, um espaço lindíssimo do Jardim Público da cidade, que teve em vista duas coisas: apresentar os mandatários do movimento e recolher as primeiras assinaturas necessárias à sua legalização. Para o processo ficar completo são necessárias cinco mil assinaturas. As primeiras centenas já estão no papel.

A lista de mandatários, que foi distribuída nesta sessão, apresenta 50 nomes. São todos autarcas alentejanos. Metade deles são presidentes de Câmara; a outra metade, presidentes de Assembleias Municipais. A primeira lista de apoiantes, por seu turno, apresenta 175 nomes. São pessoas com actividades muito distintas: músicos, sociólogos, artistas plásticos, jornalistas, arquitectos, médicos, industriais, professores, autarcas, etc.

É interessante verificar que nesta lista, por exemplo, Alcídio Torres, jornalista e escritor, aparece ao lado de Adolfo Bexiga, presidente da Junta de Baleizão, terra de Catarina; e que Amândio Alves, professor universitário e artista plástico, vem imediatamente antes de Aménio José Emerenciano, encarregado de amazém; e que o médico António Leitão tem logo a seguir o relojoeiro António Martins. Artur Pinheiro, estudante universitário, está lado a lado com Avelino Bento, professor universitário; e Bentolina Palma, professora e vereadora da Câmara Municipal de Cuba, aparece junto de Brissos de Carvalho, oficial, e de Carlos de Sousa, médico cirurgião e director dos serviços de cirurgia do Hospital Distrital de Beja.

É igualmente interessante ver que esta lista juntou cantores que na sua vida profissional provavelmente não se juntam como são os casos de Tim, dos



Um movimento de âmbito nacional, apartidário, plural e aberto

Xutos e Pontapés, Nuno da Câmara Pereira, Samuel, Vitorino e Luísa Basto. Paco Bandeira, um nome conhecidíssimo da canção portuguesa e que sempre pôs em evidência a sua ligação ao Alentejo (*Eu nasci no Alentejo/A beira do Guadiana/Sinto orgulho quando vejo/A paisagem alentejana* foi uma das suas canções que mais o projectou), esteve em Évora nessa sessão de apresentação dos mandatários do movimento e disse estar disponível em participar nesta jornada pelo Sim à regionalização em qualquer parte do País.

Miguel Urbano Rodrigues, um homem nascido em Moura que se tornou cidadão do mundo e que agora anda muito empenhado nas lutas da América Latina, com estada em Cuba, palestras nas universidades brasileiras e no Nordeste brasileiro em contacto com os Sem Terra,

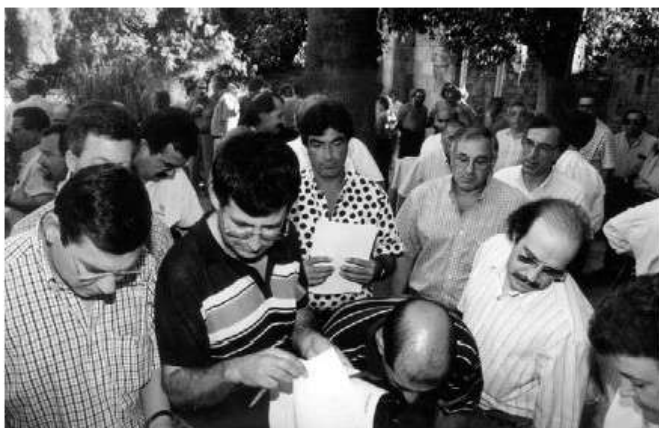
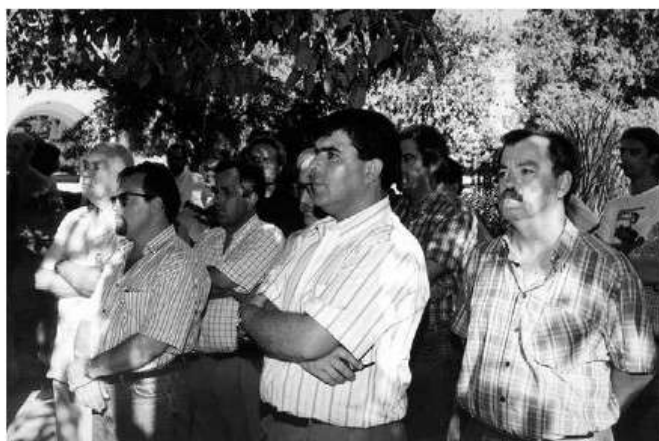
também consta desta lista e esteve em Évora para dar uma ajuda ao Sim pela regionalização. E esteve o almirante Rosa Coutinho, um militar de Abril, que disse, no entanto, haver pouca informação sobre este problema. Ele próprio, em declarações à televisão, disse não saber muito bem o que era esta questão da regionalização. Há, pois, ainda muito que fazer nesta área.

Nesta sessão de Évora do passado dia 30 de Julho, o movimento assumiu em definitivo e perante o País "o solene compromisso de desenvolver uma dinâmica de campanha de esclarecimento e mobilização pelo Sim a esta importantíssima reforma democrática do Estado que é a criação e institucionalização das regiões administrativas, de acordo com o imperativo da Constituição da República Portuguesa".

Pela voz de Rogério Brito, presidente do Conselho da Região Alentejo e da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, o movimento fez questão de afirmar "a sua natureza apartidária e plural e a sua abertura a todos os que, independentemente da sua filiação partidária ou credo religioso, se manifestem pelo Sim à regionalização, pelo Sim às regiões concretas da sua área de residência, pelo Sim à região Alentejo".

Movimento de âmbito nacional

Uma questão que se pode colocar ao cidadão comum é esta: porquê um movimento para o País a partir do Alentejo? Rogério Brito responde: "Se há realidade humano-social, económica e cultural que atesta a necessidade imperiosa da regionalização administrativa é a do



Movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" - "Queremos participar activamente na construção do futuro do Alentejo e de Portugal"

Alentejo. Porque o Alentejo, na sua história, nos seus constrangimentos estruturais e sócio-económicos, mas também na sua riqueza da diversidade do seu património histórico, edificado, ambiental e paisagístico, ganhou uma identidade própria, por todos reconhecida e porque constitui neste contexto, individualmente, uma unidade de gestão territorial".

Outra questão que se pode colocar: porque um movimento que convidou para seus mandatários cidadãos e cidadãos que ocupam cargos de presidentes de câmaras, assembleias municipais, associações de municípios e assembleias distritais da região? A resposta é igualmente

de Rogério Brito: "Este é um movimento que tem na sua génese autarcas. Este facto é importante mas não é estranho. Como nenhuns outros, os autarcas sabem quanto pesa e quanto custa a relação com um Estado irracionalmente centralizador. Quantas capacidades e recursos se esgotam e se perdem numa luta permanente contra os excessos da burocracia, contra a cultura e o exercício da prepotência instalada na administração central. Como nenhuns outros, os autarcas sabem a enorme distância e as contradições entre o discurso e as promessas de parceria e de subsidiariedade e o colete de forças e a ineficácia da organização e da

actuação do Estado centralizador que teima em persistir".

O presidente do Conselho da Região adiantou que "este é também um movimento com autarcas porque é necessário combater as confusões que os adversários da regionalização procuram propositadamente lançar ao comparar as regiões administrativas, autarquias sem poder legislativo ou fiscal, com as regiões autónomas dos Açores e da Madeira ou com as regiões autónomas da vizinha Espanha. É necessário esclarecer os portugueses que as regiões administrativas são autarquias de âmbito regional, que com a criação das regiões administrativas haverá mais poder local.

Os portugueses sabem que são as autarquias, que é o poder local que melhor respondem aos seus problemas e aspirações, que melhor gestão fazem dos dinheiros públicos, que melhor utilizam os fundos comunitários, que melhor garantem os espaços necessários à sua participação real na discussão e decisão sobre os problemas que lhes dizem respeito".

É entretanto necessário clarificar, sublinhou Rogério Brito, que o Movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" não é um movimento de autarcas. "É um movimento que, dinamizado por autarcas, se abre a todos sem excepções ou exclusões, estando nós confiantes que as comissões dinami-

zadoras, que se constituirão nos distritos de Beja, Évora e Portalegre e no Litoral Alentejano, bem como em todos os concelhos, freguesias e locais de trabalho, irão, precisamente, reflectir essa realidade".

O presidente do Conselho da Região, que tinha ao seu lado na mesa Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora e da Assembleia Distrital de Évora; Alfredo Barroso, presidente da Câmara do Redondo e da Associação de Municípios de Évora; e Francisco do Ó Pacheco, presidente da Assembleia Municipal de Sines, disse que "somos um movimento nacional nascido no Alentejo porque os alentejanos são capazes de renovar esperanças,

porque persistimos, porque teimamos em reivindicar a responsabilidade de protagonizarmos a luta contra o demotismo, porque somos solidários e queremos participar activamente na construção do futuro do Alentejo e de Portugal".

A grande ameaça à coesão nacional, disse Rogério Brito a concluir, "o fermento da divisão entre os portugueses e os maiores custos, é a pobreza, são as profundas assimetrias e as desigualdades que atingem o País, que asfixiam o seu interior e impõem a iniquidade como regra na distribuição dos recursos. Estes são os custos reais, os enormes custos que o Alentejo e que Portugal já pagaram pelo Estado centralizador".

PRESIDENTE DA REPÚBLICA JÁ DECIDIU DATA DO REFERENDO

Regiões vão a votos em 8 de Novembro

nalização das regiões administrativas são uma importante reforma da administração pública" e que "regionalizar é descentralizar e democratizar poderes, competências e meios que hoje se encontram em órgãos desconcentrados e não eleitos da administração central".

Para o movimento, as regiões administrativas, enquanto poder regional autárquico democrático, podem e devem estimular mais participação dos cidadãos. Podem e devem ser factor benéfico ao desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. Podem e devem ter em conta a diversidade de pólos urbanos e de desenvolvimento existentes e ser um instrumento corrector das assimetrias.

As regiões administrativas significam "uma grande oportunidade para uma reforma da administração pública, são a possibilidade da criação de áreas de gestão dos serviços públicos mais lógicas, mais próximas dos cidadãos, mais conformes com a evolução e a realidade do País e as necessidades de desenvolvimento, assim reforçando a coesão e a unidade do País".

Para o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", uma vitória do Sim no referendo de 8 de Novembro significa "mais democracia, maior participação, mais poder local, melhor gestão, mais transparência, menos burocracia, mais solidariedade, menos centralização, maior coesão nacional". □

Poder regional autárquico democrático

Quanto a movimentos de cidadãos, e no que toca ao Alentejo, há apenas conhecimento, até agora, da criação do "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", de âmbito nacional como exige a lei.

Em defesa da regionalização, este movimento proclama que "a criação e a institucio-

Alentejo

Sim à Regionalização por Portugal





São necessárias pelo menos cinco mil assinaturas para a legalização de um movimento de cidadãos

ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL

Legalizar o movimento e recolher mais apoios

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", lançado em meados de Julho, está a proceder à recolha de assinaturas tendo em vista a sua legalização. Para a conclusão do processo são necessárias pelo menos cinco mil assinaturas de cidadãos eleitores, num prazo de 15 dias após a assinatura do decreto presidencial que convoca o referendo.

O Presidente da República deverá formalizar nestes dias a convocatória do referendo sobre a regionalização, já marcado para 8 de Novembro. Assim, os movimentos de cidadãos que pretendam legalizar-se, de modo a participar na campanha de esclarecimento que precederá a consulta popular, terão de completar o processo até finais de Agosto.

A par da recolha de assinaturas em todo o Alentejo e junto das comunidades alentejanas espalhadas pelo País, o movimen-

to "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" está empenhado em mobilizar o apoio de personalidades dos mais diversos quadrantes da sociedade portuguesa no sentido de se pronunciarem pelo Sim à regionalização e pelo Sim à Região Alentejo. Os seus promotores têm sublinhado o âmbito nacional do movimento e a sua natureza apolítica, plural e aberta.

Em acto público realizado há 15 dias, em Évora, o movimento apresentou os seus mandatários — 50 presidentes de câmaras, assembleias municipais e associações de municípios de todo o Alentejo — e uma primeira lista de 150 apoiantes.

Entre esses primeiros apoiantes figuram cidadãos de variados sectores sociais e profissionais, de todos os quadrantes políticos. Lado a lado estão autarcas, sindicalistas, operários, funcionários públicos, dirigentes associativos, sociólo-

gos, artistas, médicos, advogados, arquitectos, engenheiros, economistas, professores, estudantes, jornalistas, escritores, empresários, etc. Entre eles, nomes conhecidos como os músicos Tim, dos Xutos e Pontapés, Paco Bandeira, Vitorino e Janita Salomé, Luísa Basto, Nuno da Câmara Pereira, Francisco Seia e Samuel; os artistas plásticos Jorge Vieira, António Inverno, Guy Ferreira, António Cunha, Amândio Alves, Raul Perez e Rico Sequeira; os escritores Joaquim Pessoa, José Fanha e Francisco Moita Flores; os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e Inácio Graçina, director do "Brados do Alentejo"; a arquitecta Margarida Canceda de Abreu, directora regional; o arqueólogo Cláudio Torres; o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho; e o oficial do Exército Brissos de Carvalho, primeiro governador civil de Beja depois do 25 de Abril. □

MOITA FLORES APOIA REGIONALIZAÇÃO E REGIÃO ALENTEJO

Ganhar novos espaços de confiança no futuro

Moita Flores, professor universitário e escritor, manifestou público apoio à regionalização e à instituição da Região Alentejo. Numa carta de adesão ao movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", escreve Moita Flores, que é natural de Moura e encabeçou a lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal daquele concelho, nas eleições autárquicas de Dezembro de 1997:

"É com prazer e entusiasmo que testemunho a criação do movimento Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal.

O referendo que se aproxima é um momento histórico importante porque representa um segundo grande passo na afirmação de poderes e formas de gestão aproximadas das populações.

Depois do 25 de Abril e do grande testemunho de vitalidade política e cultural em que se tomou o poder autárquico — talvez das mais importantes obras democráticas construídas pelos cidadãos na sua relação directa com os autarcas — as regiões anunciam um novo momento deste processo de desenvolvimento e de aproximação entre o poder e o cidadão.

É pela via do reforço do poder das autarquias, dos órgãos regionais de decisão, que é possível ganhar novos espaços de



Moita Flores: "Abrir novas portas aos horizontes dos alentejanos"

confiança no futuro. É preciso sentir de perto as esperanças, os problemas, os sonhos e as amarguras. É preciso que quem decide conheça as microculturas, as memórias históricas, o percurso de anseios e de projectos que, sendo importantes para uma região, não o serão eventualmente para outra, e que escapa à sensibilidade do poder centralista que legisla e decide em abstracção para o todo nacional.

Afirmar a região do Alentejo, é afirmar parcela da nossa identidade e abrir novas portas aos horizontes dos alentejanos e daqueles que sentem e respiram o Alentejo como sua Mãria.

Pelo reforço do poder das populações, pela capacidade de aprendermos a frequentar uma liberdade culta e eticamente elevada, no respeito pelas nossas memórias regionais e locais, deixo-vos o meu abraço solidário". □

opinião

As regiões, os parolos e Brecht

Alberto Amaral

No jornal "Público", de Lisboa, o reitor da Universidade do Porto, Alberto Amaral, assinava recentemente um artigo intitulado "A regionalização como modelo de desenvolvimento", do qual se transcreve um excerto, pelo seu interesse e actualidade.

(...) Extraordinário é ouvir adversários da regionalização, alguns com inquestionável passado democrático, recorrerem para defesa da sua causa a argumentos que fariam as delícias do dr. António de Oliveira Salazar. No tempo do velho ditador dizia-se que o zé povinho, em particular os pobres analfabetos, não deveriam votar pois, coidadinhos, não saberiam como o fazer — mito que os processos eleitorais que ocorreram depois do 25 de Abril se encarregaram de desmascarar de forma clamorosa. Curiosamente, argumenta-se hoje, de forma absolutamente similar, que a regionalização é um perigo pois os pobres parolos, longe da capital, não terão capacidade para se autogovernar. Ou será que estes detractores da regionalização leram o conhecido poema de Brecht "Dificuldade de governar" e não entenderam a sua ironia, levaram a sério os célebres versos que em parte transcrevo, para guiado dos leitores:

"Todos os dias os ministros dizem ao povo Como é difícil governar...

Sem os ministros, o trigo crescerá para baixo, em vez de crescer para cima;

Nem um pedaço de carvão saíra das minas, se o chanceler não fosse tão inteligente;

Sem o ministro da Propaganda, mais nenhuma mulher poderia ficar grávida;

Sem o ministro da Guerra, nunca mais haveria guerra;

E atrever-se-ia a nascer o sol sem autorização do Führer?

Não é nada provável!

E se fosse, ele nasceria por certo, fora do lugar".

Apesar de quase um quarto de século decorrido após a revolução dos cravos, a classe política ainda não é abundante, nem em qualidade, em quantidade. Por certo, não gostaria de empregar como funcionários da Universidade alguns membros da classe política, incluindo um bom número de deputados. É evidente que dirigentes e quadros qualificados não nascem de um dia para o outro; mais igualmente evidente é que, sem o início do processo, esses recursos humanos nunca virão um dia a ser criados. Pelo contrário, o exagerado centralismo de capital, a manter-se, irá exercer, cada vez mais, o seu efeito de atracção sobre os quadros mais qualificados, o que deixará o resto do País mais pobre em recursos humanos, essenciais para o desenvolvimento. (...) O contínuo despovoamento do interior, a macrocefalia da capital e a concentração das populações nas maiores cidades do litoral só poderão ser evitados com a criação de centros de decisão e de poder descentralizados, capazes de gerar massas críticas de inteligência, onde as elites locais se sintam mais realizadas e possam apresentar projectos de investimento credíveis, em oposição à situação actual em que até uma entidade como a Junta Metropolitana do Porto se arrisca à apresentação pública de propostas de grande fragilidade. (...) □

Diário do Alentejo

ANO LXVII Nº 852 (3ª SÉRIE) • 21 A 27 DE AGOSTO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00

entrevista



Os binóculos do Terreiro do Paço são pobres

"É tempo de se sem os alentejanos a comandar os seus destinos e a impedir que outros o façam através dos binóculos do Terreiro do Paço que sobremaneira são pobres no seu alcance". É a opinião de Orlando Pereira, mestre em sociologia, assessor da Associação de Municípios do Distrito de Beja. Defensor da regionalização e da Região Alentejo, Orlando Pereira diz que "o desenvolvimento deve ser um processo protagonizado e participado por todos os actores sociais" e que "só assim ele poderá ser sustentável, permitindo a todos melhorar a qualidade de vida, sem perder as gerações futuras".

pág. 16 e 17

Diário do Alentejo

ANO LXVII Nº 853 (II SÉRIE) • 28 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00

em foco

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" inaugurou a sede nacional em Beja. Já recolheu mais de seis mil assinaturas para se legalizar e obteve o apoio de numerosas personalidades de diferentes quadrantes políticos

Lutar pelas regiões



A sede nacional do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" foi inaugurada na terça-feira em Beja. Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, eleito pela CDU, José Raul Santos, presidente da Câmara de Ourique, eleito pelo PSD, Rondão de Almeida, presidente da Câmara de Elvas, eleito pelo PS, Cláudio Torres, arqueólogo, e Henri-

ques Pinheiro, médico, foram algumas das muitas personalidades presentes na abertura da sede do movimento, que já reuniu assinaturas suficientes para a sua legalização. Entre os nomes de novos apoiantes divulgados, contam-se os de Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora, Urbano Tavares Rodrigues, escritor, e José Mattoso, historiador.

pág. 2/3



beja

José Raul defende Alentejo

Contrariando a posição oficial do seu partido, José Raul Santos, líder do PSD bejense e presidente da Câmara de Ourique, assumiu-se como "regionalista convicto". O dirigente social-democrata defende uma só região no Alentejo.

pág. 6

Em foco



"ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL" INAUGURA SEDE

Milhares de adesões

Texto de Rosário Fernandes
Fotos de Mariano Martins

Gente dos quatro cantos do Alentejo, das mais diversas profissões e quadrantes políticos, juntaram-se na terça-feira, dia 25, para inaugurar a sede nacional do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", situada na Rua Capitão João Francisco de Sousa, em Beja. Um movimento — como o seu nome claramente indica, em defesa da regionalização —, que, segundo Carreira Marques, da Comissão Executiva, constituiu-se "de forma aberta, plural e apartidária" com o objectivo de "mobilizar dinâmica e empenhadamente toda a população para o Sim a esta determinante reforma administrativa do Estado".

Menos de um mês após o seu lançamento, o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" já recolheu mais de 6 mil adesões. Embora

ponsáveis prometem dinamizar diversas iniciativas, entre as quais não faltarão os debates, o contacto "porta-a-porta" e a edição de boletins informativos. Numa acção já realizada, foi feita a defesa da regionalização com uma faixa levada por uma avioneta que percorreu as praias alentejanas.

No final da tarde da passada terça-feira, a sede em Beja encheu-se num ápice de rostos conhecidos, que seria impossível enumerá-los. Assim, refira-se apenas que na mesa estavam, a título pessoal, além dos presidentes das câmaras de Beja, Ourique e Elvas, respectivamente Carreira Marques (PCP), José Raul Santos (PSD) e Roldão de Almeida (PS), os vereadores Manuel Camacho, de Beja, e Ercília Martins, de Castro Verde, o presidente da Assembleia Municipal de Sines, Francisco do Ó Pacheco, o arqueólogo Cláudio Torres, a cantora Luísa Basto, o presidente do Conselho de Administração do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, Henriques Pinheiro, e os presidentes das regiões de turismo de Évora, Andrade Santos, e da Planície Dourada,

segundo Francisco do Ó Pacheco, "para repartir os poderes do Estado, torná-lo mais democrático, nunca para dividir os portugueses ou o País", acrescentando que quem espalha tais ideias "tem grandes receios que as regiões a serem instituídas acabem com muitos milhares de tuchos que existem, não só nas próprias regiões como principalmente nas áreas metropolitanas".

A regionalização, acrescenta também Manuel Camacho, "é a criação de uma estrutura intermédia entre o poder central e o poder local que culmina na constituição da espinha dorsal do edifício democrático".

Igualmente o arqueólogo Cláudio Torres se apresenta como convicto regionalista: "Se não houvesse regionalização, haveria certamente um atraso muito grande na criação de quadros e, hoje, o Alentejo, como todas as regiões do interior, foi desertificado, desertificação não só da terra como humana, fundamentalmente humana de qualidade (os cérebros foram embora) e nós temos de fazer quadros e eles fazem-se na luta, na construção diária, na solução

ta e com vocação bem interessante para o futuro, porque estamos numa chameira, entre o mar e o interior, temos um interior que agora é pobre mas certamente vai ser bem diferente em breve. As zonas da Europa marginais e atrasadas, hoje, vão ser as mais avançadas no futuro porque guardaram mais coisas, salvaguardaram mais espaço, melhores riquezas ecológicas e ambientais e esses espaços são cada vez mais valorizados. A nossa miséria hoje será a nossa riqueza no futuro".

O apoio à regionalização e o desejo de desenvolver o Alentejo juntou gente dos mais diversos quadrantes geográficos e políticos e disto se congratulou Fernando Camosino, dirigente do PCP em Portalegre: "Chamo a atenção para a forma plural e apartidária deste movimento, que juntou aqui pessoas com perfis político-partidários completamente diferentes, como seja por exemplo o presidente da Câmara de Avis (CDU) e o presidente da Câmara de Elvas (PS), unidos pelas propostas que este movimento preconiza, que são de desenvolver o Alentejo concretizando a regionalização".

Diário do Alentejo

ANO LXVII N.º 854 (II SÉRIE) • 4 A 10 DE SETEMBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00



Movimento pelo
Sim ao Alentejo
vai legalizar-se

Legalização e nova sede

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" tem tudo pronto para a sua legalização. Ao mesmo tempo, prepara-se para inaugurar mais uma sede em Sines.

O processo de legalização do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" será entregue, pelos seus promotores, na próxima quinta-feira, 10, às 15 horas, na Comissão Nacional de Eleições, em Lisboa. São necessárias pelo menos cinco mil assinaturas, mas o movimento anunciou já, na semana passada, que reuniu mais do que aquele número de subscritores.

Por outro lado, no dia 9, pelas 19 horas, é inaugurada a sede do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" na cidade de Sines. Localiza-se no rés-do-chão da Torres das Descobertas, na Avenida Humberto Delgado.

O movimento terá quatro sedes na região – a sede nacional, inaugurada em finais de Agosto, em Beja, e sedes em Sines, Évora e Portalegre. Além



A sede nacional do movimento é em Beja (foto) mas serão abertas novas sedes em Sines, Évora e Portalegre

disso, conta ainda com todas Casas do Alentejo no País e no estrangeiro, em especial a Casa do Alentejo de Lisboa. Há ainda concelhos, como o de Serpa, onde já foram abertas sedes.

Um dos activistas do "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", Francisco Pacheco, presidente da Assembleia Municipal de Sines, disse ao "Diário do Alentejo" que "o movimento alarga-se territorial, social e politicamente" e que "são

já muitos os milhares de subscritores e largas as centenas de personalidades de todos os quadrantes políticos e sociais que têm declarado a sua adesão". Para Francisco Pacheco, "vivemos de facto num momento histórico da nossa vida colectiva e fazer vencer o Sim à regionalização é, quer queiramos quer não os detractores da regionalização, uma tarefa patriótica".

Uma das personalidades cujo apoio ao movimento foi

anunciado é o professor Machado Caetano, natural de Vale de Vargo e uma das maiores autoridades nacionais na luta contra a sida.

Também a UDP, em comunicado assinado pela sua Coordenadora Regional do Alentejo, acaba de expressar publicamente o seu apoio ao movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal", cujo manifesto já foi subscrito pelos dirigentes Alberto Matos e José David. □

Diário do Alentejo

ANO LXVII N.º 855 (II SÉRIE) • 11 A 17 DE SETEMBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00 • TAXA PÁGUA 7800 BEJÁ

em foco

O X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo foi convocado para 17 de Outubro, na vila de Serpa, para debater a regionalização administrativa. Será um momento importante na campanha referendária pelo Sim à Região Alentejo



Regiões em congresso

"Regiões Administrativas – Factor de Coesão e Desenvolvimento" é o lema do X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, convocado para o próximo dia 17 de Outubro, em Serpa. O secretariado permanente e a comissão promotora do Congresso, reunidos na segunda-feira em Estremoz, decidiram convocar o grande fórum alentejano no quadro da campanha de esclarecimento sobre as regiões administrativas e



tendo em vista o referendo de 8 de Novembro. Espaço democrático de debate e reflexão, o Congresso vai debruçar-se no essencial sobre a futura Região Alentejo e o seu funcionamento, aprofundando questões como as competências e as atribuições dos órgãos regionais, o financiamento da região e o seu papel no desenvolvimento alentejano. O anterior Congresso sobre o Alentejo decorreu, em 1997, em Estremoz. **pág. 2**

última

Presidente da CCRA adere ao Sim

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" abriu uma nova sede, agora em Sines, e entregou na CNE o processo de legalização. Entre as novas adesões anunciadas, conta-se a de José Ernesto de Oliveira, presidente da CCRA. **pág. 32**

X Congresso sobre o Alentejo em Serpa, a 17 de Outubro, sobre a regionalização

Sob o lema "Regiões Administrativas – Factor de Coesão e Desenvolvimento", o X Congresso (Extraordinário) Sobre o Alentejo vai reunir-se, no próximo dia 17 de Outubro, na vila de Serpa. O grande fórum alentejano terá como tema central a regionalização administrativa e será um momento da campanha de esclarecimento pelo Sim à Região Alentejo, tendo em vista o referendo de 8 de Novembro.

O Secretariado Permanente e a Comissão Promotora do Congresso sobre o Alentejo, reunidos na segunda-feira, 7, em Estremoz, decidiram convocar o X Congresso (Extraordinário) sobre o Alentejo. O lema é "Regiões Administrativas – Factor de Coesão e Desenvolvimento" e os trabalhos decorrerão em sessões plenárias.

O grande fórum alentejano vai debruçar-se no essencial sobre a futura Região Alentejo e o seu funcionamento, aprofundando questões como as competências e as atribuições dos órgãos regionais, o financiamento da região e o seu papel no desenvolvimento alentejano.

O Secretariado Permanente do Congresso é constituído pelas câmaras municipais de Beja, Sines, Évora e Portalegre, pela Associação de Defesa de Alqueva, pela Casa do Alentejo de Lisboa, pela Universidade de Évora e pelo jornal "Diário do Alentejo", juntando-se a câmara do município onde se realiza o Congresso. Por seu turno, a Comissão Promotora reúne, numa estrutura aberta, centenas de entidades, nomeadamente autar-

Arquivo



Em 1996, reuniu-se em Moura o VIII Congresso que debateu a regionalização e o desenvolvimento

concentrados do Estado e serviços públicos e privados da mais diversa natureza.

Na reunião da Comissão Promotora, realizada na segunda-feira passada, um representante da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

organizar uma campanha de esclarecimento sobre a regionalização – na perspectiva do referendo de 8 de Novembro –, estando disponível a CCRA para apoiar a realização do Congresso sobre o Alentejo convocado para Serpa.

os grandes problemas da região – o desenvolvimento, Alqueva, os anos de seca, a regionalização. Realizaram-se até agora congressos em Évora, em 1985, Beja (1987), Elvas (1989), Sines (1991), Portalegre (1993), Beja (extraordinário, 1994), Évora

Alentejo: a regionalização faz a força

Carlos Zorrinho



Sendo a descentralização administrativa uma reforma globalmente positiva para o todo nacional, é no espaço territorial do Alentejo que os seus reflexos mais favoráveis se farão sentir com maior intensidade, dada a grande dimensão geográfica e a baixa densidade demográfica que caracteriza a região.

Importa sublinhar, para que não restem dúvidas ou mal entendidos, que esse impacto positivo se verificará quer os alentejanos optem por constituir apenas uma região, quer optem por mais do que uma, embora seja minha convicção que a primeira opção potencia a capacidade negocial e a afirmação do Alentejo no contexto fortemente competitivo em que hoje se desenrolam os processos de desenvolvimento.

Não tomemos por isso a Nuvem por Juno! Deixemos o pleno funcionamento dos mecanismos democráticos ditar a sua lei quanto à delimitação regional no referendo de 8 de Novembro e concentremo-nos nas janelas de oportunidade que a regionalização abrirá para que o nosso futuro colectivo seja melhor.

Com a descentralização administrativa, os alentejanos tomarão o futuro nas suas mãos e assumirão um forte protagonismo e responsabilidade nos processos de decisão que marcarão o seu quotidiano. As consequências positivas da regionalização decorrerão essencialmente de três efeitos favoráveis: a melhoria da racionalidade administrativa, a criação de melhores condições de participação cívica e a aceleração do desenvolvimento no quadro nacional e europeu.

Em termos de racionalidade administrativa, o actual modelo de desconcentração em vigor deu origem a dois efeitos perversos que importa corrigir. Em primeiro lugar, induziu a instalação dos serviços nas capitais regionais administrativamente designadas, desvitalizando os restantes pólos urbanos. Em segundo lugar, não promoveu a articulação horizontal de políticas e intervenções de

âmbito regional, dado que os diversos serviços mantiveram as ligações verticais à tutela central.

A correcção destas disfunções são duas vantagens óbvias e imediatas da descentralização administrativa. No quadro da região, os serviços podem ser harmoniosamente localizados para servir os utentes e dinamizar a malha urbana e a complementaridade entre centros e a junta regional pode fomentar políticas articuladas de âmbito inter-ministerial através da coordenação horizontal dos organismos e dos recursos.

No que diz respeito à melhoria das condições de participação cívica, os benefícios da descentralização administrativa também são evidentes. Ela proporcionará uma maior transparência de decisão e uma maior proximidade entre os eleitos e os eleitores. Por outro lado, aumentará a motivação para a participação, por serem mais imediatas e visíveis as suas consequências. Ficarão ainda criadas condições para que cada região defina de forma participada uma estratégia de desenvolvimento que determine prioridades e mobilize vontades para a sua concretização.

Mais racionalidade administrativa, menos burocracia e mais complementaridade, mais participação e melhor estratégia constituem o alicerce para uma aceleração sustentada do processo de desenvolvimento. A história económica moderna demonstra que regiões com uma visão partilhada de futuro e forte nível de interacção entre os seus diversos agentes afectam com mais eficácia os recursos disponíveis, transmitem mais confiança aos investidores e se desenvolvem melhor e mais depressa.

Por outro lado, as regiões com autonomia administrativa ficarão melhor preparadas para competir no quadro europeu, no âmbito duma política de coesão que foi desenhada à dimensão regional e não à dimensão nacional. No caso particular do Alentejo, a fraca posição no "ranking" do rendimento poderá funcionar como um forte argumento negocial, desde que suportado em projectos de intervenção coerentes, integrados e de formulação cuidada.

As mulheres e os homens do Alentejo têm tudo a ganhar com a criação das regiões, porque essa é a forma mais segura de merecerem o apoio e a atenção necessárias para ultrapassar de

vez um ciclo longo de abandono e desertificação, tomando o destino nas suas mãos e participando activamente nas escolhas fundamentais para construir um futuro melhor.

— Poderão decidir onde, como e quando investir em equipamentos de saúde, educação, cultura, desporto, lazer ou protecção social e traçar entre nós as prioridades e as características dos investimentos, de acordo com o orçamento global disponível.

— Poderão conhecer o rosto de quem decide e aceder pessoalmente aos decisores, fazendo com que a sua opinião conte, no dia a dia da sua terra.

— Poderão dar mais peso às políticas de fixação dos jovens e aplicar um sistema de incentivos para que se localizem na região mais empresas e para que as matérias-primas de que dispõem aqui sejam transformadas.

— Poderão defender melhor a sua identidade cultural e lançar campanhas concertadas de promoção e atracção turística, valorizando os produtos e os costumes regionais.

— Poderão preservar melhor o seu riquíssimo património natural, paisagístico e arquitectónico.

Com a criação das regiões administrativas e dos órgãos que substituem sem acréscimo significativo de custo ou de cargos políticos alguns organismos desconcentrados da administração central, serão também mais apoiadas as iniciativas conjuntas dos municípios, associações e instituições, na concretização de projectos fundamentais para melhorar as condições de vida dos cidadãos.

O único risco associado à maior descentralização administrativa será uma eventual incapacidade dos seus protagonistas políticos em assumir as suas responsabilidades e colocar o melhor das suas capacidades ao serviço da região e do seu desenvolvimento. Mas se os alentejanos não acreditarem neles próprios quem irá acreditar?

É por isso minha profunda convicção que no dia 8 de Novembro os alentejanos vão dar mais uma prova de enorme consciência e maturidade política, votando massivamente pela criação das regiões administrativas. É um tributo que aqueles que nos legaram a liberdade merecem e que os nossos filhos e netos necessitam para aqui poderem viver e realizar os seus sonhos e desejos. □



MOVIMENTO "ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL"

Mais adesões ao Sim

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" entregou ontem, na Comissão Nacional de Eleições, em Lisboa, o dossier exigido para a sua legalização. Foram recolhidas milhares de assinaturas em pouco mais de um mês, que ultrapassaram largamente as cinco mil exigidas por lei. Com a legalização, o movimento terá direito a tempo de antena, durante a campanha que antecede o referendo nacional sobre a regionalização, marcado para 8 de Novembro.

O movimento inaugurou, entretanto, na quarta-feira, em Sines, a sua sede para o Litoral Alentejano. Em breve será anunciada a constituição da Comissão de Honra do movimento. Em próxima edição, o "Diário do Alentejo" dará pormenores da abertura da sede de Sines e do acto de legalização do movimento.

Juntando-se aos milhares



de apoiantes do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal", surgem agora os nomes de José Ernesto de Oliveira, presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo e vereador do PS na Câmara de Évora; Manuel Geraldo, jornalista e escritor; José Carlos Faria, cenógrafo; Manuel Madeira, agricultor e presidente da Assembleia Geral da Associação de Caprinos

e Ovinos do Sul (ACOS); Vidigal Amaro, médico e autoridade de saúde do concelho de Portel; Machado Caetano, médico e especialista na luta contra a sida; Rogério Ribeiro, artista plástico e professor universitário; Vasco Valdez, investigador; Joaquim Santinhos, comissário da PSP aposentado e fundador da Associação Sócio-Profissional da Polícia de Segurança Pública; e António Galvão, artista plástico.

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal", que já editou um folheto distribuído por toda a região, prepara novas iniciativas tendo em vista promover o debate e o esclarecimento sobre a instituição em concreto das regiões administrativas, de molde a que o Sim à Regionalização e o Sim à Região Alentejo obtenham ampla maioria, no referendo de 8 de Novembro. □

Diário do Alentejo

Enquanto são conhecidas novas adesões, o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" inaugura mais uma sede e legaliza-se junto da Comissão de Eleições

Mariano Martins



Em Sines, o movimento do Sim à Região Alentejo inaugurou a sede do Litoral Alentejano

Sim ao Alentejo ganha novos apoios

Um dos primeiros movimentos a entregar o processo de legalização na Comissão Nacional de Eleições foi o "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal". Autarcas de todo o Alentejo e conhecidas personalidades como Urbano Tavares Rodrigues, Cláudio Torres e Paco Bandeira deslocaram-se na semana passada à sede da CNE para entregar

cerca de 7500 assinaturas. O movimento anunciou entretanto, a adesão de mais nomes empenhados na defesa da Região Alentejo. Galopim de Carvalho, investigador e escritor, Francisco Santos, médico cirurgião, e José Romão, treinador de futebol expressaram o seu apoio. Também o líder da JSI de Beja vai votar Sim ao Alentejo. pág. 1



Em Lisboa, o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" legalizou-se junto da Comissão Nacional de Eleições



A delegação do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" que entregou na Comissão Nacional de Eleições o processo de legalização

"ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL" LEGALIZOU-SE

Agora, esclarecer a opinião pública

Cerca de 7430 cidadãos subscreveram em apenas um mês os princípios e objectivos propostos pelo movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal". Com um número que ultrapassa largamente as cinco mil assinaturas exigidas por lei, o movimento apresentou na semana passada, em Lisboa, junto da Comissão Nacional de Eleições, o dossier necessário para a sua legalização.

Realizado um dia após a inauguração, em Sines, da sede do movimento no Litoral Alentejano, este breve acto de legalização junto da CNE contou com

a presença de uma representação de mais de 20 individualidades da região — autarcas e figuras ligadas à vida intelectual e artística, como é o caso de Cláudio Torres, arqueólogo, Urbano Tavares Rodrigues, escritor, e Paco Ban-

deira, músico.

Rogério de Brito, presidente do Conselho da Região do Alentejo, e Manuel Camacho e Alfredo Barros, presidentes das associações de municípios dos distritos de Beja e Évora, protagonizaram o acto entregando em mãos os milhares de assinaturas recolhidas.

"Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" assume-se como um movimento de âmbito nacional, com raízes no Alentejo, nascido no âmbito do poder

autárquico, precisamente por ser este o grupo de cidadãos que sabe, melhor do que ninguém, o que "custa o peso da burocracia, do excessivo centralismo do Estado e da distância entre o poder local e o poder central", como explicou Rogério de Brito no decorrer do acto de entrega do processo de legalização.

"Abrangente, plural e aberto a todas as opiniões", este movimento, que abarca personalidades das mais diversas formações e ideologias, assume como

objectivo prioritário esclarecer e informar a opinião pública acerca das questões que se prendem com a criação das regiões administrativas. Como referiu Rogério de Brito, "temos como principal preocupação, para já, dramatizar a questão da regionalização, desmistificar falsos argumentos e demonstrar que a regionalização será um factor de coesão nacional e de desenvolvimento do território no todo nacional".

Por seu turno, Carreira Mar-

ques, presidente da Câmara de Beja, colocou a tónica na necessidade de uma verdadeira acção de esclarecimento junto das populações. Na sua opinião, o movimento a que se está ligado encontra-se numa posição privilegiada para o fazer na medida em que não se trata de um movimento partidário e, como tal, afirma, "ser-nos-á mais fácil estabelecer um contacto directo com as populações, sem slogans, sem frases feitas, mas essencialmente pedagógico e de esclarecimento". □

Regiões...

Luís Várela

Gostaria de dizer aos camaleões que hoje não querem a regionalização que foram eles que a consagraram há anos na Constituição e que disso já se não lembram. Dizer-lhes que regionalizar é o acto mais puro de democracia, é o fim do Estado absoluto e centralizador

No longo caminho que leva a São Lucar, encontrei um irmão gêmeo do Guadalquivir. Caminhei para encontrar Goya, fámos ver os fuzilamentos de Maio, fámos morrer também.

Desci o Guadiana, saltei muros e valados, percorri tantos caminhos, que hoje penso que me perdi, que andei à deriva, que a minha alma não é minha, é a de Goya, e o rio é o Guadalquivir.

Sinto em mim a violência, a paixão, o desejo, o viver impaciente e revoltado por não poder mudar o mundo, foi esta a herança que Goya me deixou, levando com ele a genialidade da arte.

Gostava de tornar a encontrar Goya e, entre canecas gordas de cerveja e o riso das mulheres, fálamos não de arte, não das pinturas, mas dos nossos desejos de viver hoje aqui, amanhã ali, e tal como Florbela Espanca amar esta aquela e outra e toda a gente, libertarmos as nossas almas das guilhetas que nos aprisionam, que nos obrigam a estar presas ao mesmo lugar, como árvores fixas à terra pelas suas raízes, falar dos nossos rios e do nosso secreto País, encravado nas fronteiras entre o Guadiana, o Guadalquivir e o mar.

Dar a nossa força e a nossa raiva aos que lutam pelos Timores espalhados pelo mundo.

Dizemos aos camaleões que hoje não querem a regionalização que foram eles que a consagraram há anos na Constituição e que disso já se não lembram.

Dizer-lhes que regionalizar é o acto mais puro de democracia, é o fim do Estado absoluto e centralizador.

Perguntar àqueles que dizem que a regionalização vai trazer às regiões ricas mais riqueza e às pobres mais pobreza porque razão então até hoje, sem regionalização, as regiões ricas não ficaram menos ricas e as pobres menos pobres.

Porque razão e por quem foi criado desenvolvi-

mento nos grandes centros do litoral, lançando ao esquecimento o interior e que obrigou as suas gentes a abandonarem as suas regiões aumentando assim as assimetrias, a desertificação e a pobreza.

E então, esses animais falantes, que mudam a cor da sua pele e do seu fato todos os dias que lhes convém, tinham dar respostas estúpidas e inventar mentiras, e Goya iria rir-se, e ficaria furioso e pintaria com as cores da falsidade as suas ridículas caras em restos de cartão, para expor nas escadarias de S. Bento. E, num abraço forte, ia dizer-me: vamos lutar, amigo, camarada, vamos dar liberdade às regiões, vamos regionalizar. □

Diário do Alentejo

18 DE SETEMBRO DE 1998

15

Entrevista Mário Simões



O dirigente da JSD de Beja, Mário Simões, reelito no recente Congresso da Juventude Social-Democrata, defende a regionalização e a Região Alentejo. Diz que no futuro pode vir a haver condições para uma região do Baixo Alentejo. Já a pensar nas próximas eleições legislativas, apoia José Raul Santos, o líder distrital do PSD, como candidato "laranja" a deputado

"Mais vale um Alentejo na mão..."



Mário Simões: JSD de Beja é pela regionalização e defende a Região Alentejo

Alentejo

Sim à Regionalização por Portugal



Regiões

MANUEL BENTO ROSADO, TÉCNICO DA CCRA, DEFENDE A REGIONALIZAÇÃO

Um óptimo instrumento para melhor governar o País

Texto de Luís Rocha • Foto de António Carrapato

No dia 8 de Novembro, temos a responsabilidade de ir às assembleias de voto dizer se somos a favor ou contra a criação de regiões. É uma responsabilidade que nos cabe e não podemos fugir a ela. Contudo, apesar de faltar pouco mais de um mês para a realização do referendo, há ainda muita gente que manifesta uma total ignorância sobre esta questão, sobre o que se pretende com a criação de regiões. Procurando contribuir para o esclarecimento desta problemática, o "Diário do Alentejo" tem estado a ouvir a opinião de personalidades ligadas à região e que têm reflectido sobre este assunto. Hoje publicamos o depoimento de Manuel Bento Rosado que foi, durante anos, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Alentejo e que, em 1997, publicou um livro a que deu o título de *Desenvolvimento Regional e o sub-título de Contribuição para o seu estudo e planeamento*. Dedidou o livro "a todos que acreditam e lutam para que a sua terra seja o melhor lugar para viver e trabalhar".

Bento Rosado, técnico da CCRA, é há muito um defensor da regionalização. Acha que o processo implica uma reforma da administração pública e que as regiões devem ter poderes — ou então não vale a pena regionalizar. Aponta também alguns perigos da regionalização.

É de supor que o dr. Bento Rosado, com todo o trabalho que tem desenvolvido na CCRA, primeiro como vice-presidente e agora como técnico, já reflectiu sobre o problema da regionalização. Assim sendo, como vai ser no dia 8 de Novembro? Vai dizer Sim à regionalização? Vai dizer Não?

Eusou desde há muito tempo um regionalista, não só porque sempre tenho vivido no Alentejo mas também porque tenho trabalhado nestas coisas

do desenvolvimento regional. Portanto, a regionalização para mim começou quando iniciei funções na Comissão de Coordenação. Desde esse dia comecei a contactar com toda esta problemática que, aliás, as Comissões de Coordenação têm sido, nos últimos 20 anos, o suporte da sua discussão.

Por outro lado, vivi inclusivamente a primeira discussão de regionalização, em 1982, em que foram feitos relatórios resultantes das discussões públicas realizadas sobre este processo. A regionalização é, portanto, algo que sempre tenho acompanhado e vivido com muita intensidade.

O princípio da subsidiariedade

É, pois, favorável à regionalização...

Obviamente que sou favorável à regionalização. Acho que esta reforma do Estado pode ser um óptimo instrumento para



Bento Rosado: "As regiões devem ter capacidade de decisão em matérias importantes para o seu modelo de desenvolvimento"

melhor governar o País. E isto parece-me que é importante porque a regionalização tem que ser exactamente vista na óptica de melhorar a governação. Apesar de sermos um País pequeno, penso que haverá que garantir a participação das pessoas na resolução dos seus problemas e responsabilizá-las nas opções a tomar e numa maior solidariedade interna.

Penso que a regionalização exige, no entanto, duas coisas: em primeiro lugar, uma reforma

da administração do Estado, em termos gerais. Não podemos continuar com a mesma administração, portanto, a regionalização implica que se faça uma adaptação dos serviços em função das distribuições de competências. Não podemos criar serviços regionais e, ao mesmo tempo, manter os mesmos serviços da administração central. A própria administração centralizada em Lisboa terá que ser ajustada e redimensionada em função da regionalização.

Falava de duas exigências...

O segundo aspecto é que regionalizar tem de ser dentro de um quadro que valha a pena fazê-lo. Isto é, as competências que as regiões vierem a ter devem ser importantes e suportadas pelos meios técnicos e financeiros necessários à sua aplicação. Isto é, a região tem que poder decidir sobre coisas importantes para a sua vida porque, caso contrário, não vale a pena regionalizar. Se a regionalização for o cumprir de uma promessa em que as regiões ficam praticamente tuteladas e sem capacidade de decisão em matérias importantes para o seu modelo de desenvolvimento, podemos estar perante uma pseudo-regionalização.

Por outro lado, à lógica da regionalização devem responder a efectivação do princípio de subsidiariedade. Quer dizer que a subsidiariedade deve ter em conta os três níveis de poder: o nível central, o regional e o local, procurando que haja compatibilização e articulação entre si, de maneira que cada um desses níveis possa decidir sobre matérias que, efectivamente, está em melhores condições de o fazer.

Estas são, de entre outras, as condições essenciais a um processo de regionalização. Se assim não for, podemos estar a criar um pro-

cesso de descentralização e não de regionalização. Aliás, processo que igualmente poderá ser desenvolvido mas que, obviamente, terá de ser diferente. Portanto, a regionalização deve implicar a possibilidade de decidir coisas importantes para as regiões. No entanto, esta poderá também ter alguns perigos, especialmente se se transferir para as regiões o mesmo tipo de luta política que se fez a nível nacional. A regionalização tem que ser entendida numa lógica de solidariedade interna, em que o funcionamento dos seus órgãos tem de ser em solidariedade e não em confronto.

Então, há perigos com a regionalização?

Se as regiões vierem a potenciar e a criar os mesmos conflitos político-partidários que hoje, em muitas circunstâncias, nós assistimos a nível nacional, penso que isso pode ter efeitos muito negativos na gestão das regiões e do País.

Defendo a regionalização se for para melhor gerir e para melhor administrar e não para potenciar mais conflitos, mais divergências, mais burocracia. Acredito que não é isso que está subjacente a um processo de regionalização porque, se isso acontecesse, não estávamos a regionalizar, mas a fazer outra coisa qualquer. □

"Sou por um Alentejo"

Bento Rosado defende uma Região Alentejo. Quanto ao resto do País, acha que oito regiões são de mais.

Relativamente ao Alentejo, qual é a sua posição? É por um só Alentejo? Por dois? Por três? Por quatro?

Sou por um Alentejo porque considero que a região tem que valer pelo seu todo. Se o dividirmos, o Alentejo perde potencialidades e capacidade reivindicativa, não só porque se divide uma região homogénea, e isso não se justifica, mas porque o Alentejo constitui-se como um conjunto de características diversificadas e complementares que lhe dão importância e capacidade para funcionar como uma região única. E essa diversidade e complementaridade dos diferentes espaços do Alentejo que lhe dão, neste momento, um potencial extremamente competitivo no futuro quadro europeu.

Se o dividirmos, não faz sentido, quer pela sua debilidade demográfica, quer pelas dificuldades que as actividades económicas teriam em ganhar competitividade. Penso que o Alentejo, tal como hoje o designamos, pode ter um grande futuro. Sou favorável a uma Região Alentejo mas não concordo com as oito regiões

propostas para dividir o País. Penso que a proposta das oito regiões não corresponde àquilo que o País precisa para combater as assimetrias regionais. Oito regiões num País pequeno como o nosso, da forma como elas estão divididas, penso que vão acentuar as desigualdades entre regiões ricas e regiões pobres e dificilmente se criarão mecanismos de compensação para atenuar as dinâmicas das regiões mais ricas.

Portanto, defendo as cinco regiões correspondentes às áreas das CCR's, porque potenciam a chamada solidariedade interna. Isto é, obrigam o litoral a ser solidário com o interior e essa solidariedade diminui o papel interventor do Estado. As oito regiões vão exigir uma grande intervenção do Estado para repor os equilíbrios, dado que as regiões ricas tenderão a desequilibrar o processo de desenvolvimento transferindo para a administração central o papel de compensar essa situação, porque não se sentirão tão obrigadas à solidariedade para com as regiões mais pobres.

Sou francamente a favor das cinco regiões e será um erro a pagar no futuro se for outra a divisão do País. □

L.R.

Regionalização não vai provocar mais despesas

Texto de Luís Rocha
Foto de António Carrapato

Um dos argumentos que os adversários da regionalização utilizam com mais frequência é que, se regionalizarmos o País, os cargos políticos vão aumentar, vai aumentar o número de funcionários públicos e vão aumentar as despesas do Estado. Vai aumentar aquilo que eles designam de despesismo da vida pública nacional. Para desmistificar um pouco esta ideia, Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, deslocou-se a Évora para participar numa reunião com o Conselho da Região Alentejo, um órgão consultivo da Comissão de Coordenação da Região Alentejo. O encontro, que decorreu na tarde de passada terça-feira, 22, nas instalações da própria CCRA, contou com a participação de diversos autarcas do Alentejo.

Carlos Carvalho fez questão de sublinhar o simbolismo que esta reunião tinha ao realizar-se na própria Comissão de Coordenação. "E qual é o simbolismo", disse, "que eu creio que é de realçar e de significar? É que muitos falam do despesismo, falam dos meios que serão necessários para implementar, para concretizar esta grande reforma que é a regionalização. Ora, nós estamos aqui, na sede da CCRA, em que estão aqui meios que poderão ser postos à disposição, e devem ser postos à disposição, da regionalização e da sua concretização".

Para Carvalho, a regionalização "é uma grande reforma administrativa que permite e cria condições para uma descentralização e uma maior participação das populações para que a sua voz tenha peso na escolha dos investimentos mas também na coordenação dos diversos serviços do Estado e na possibilidade de aprofundar a democracia. E é por isso mesmo que nós somos a favor da regionalização", frisou. Perguntando quanto é que na CCR Alentejo se gasta em burocracia, Carvalho respondeu que "muito mais do que se se poderá gastar e deverá gastar com a futura região administrativa do Alentejo, quer do ponto de vista do



Carvalho em Évora: "A regionalização não implica maior despesismo e mais burocracia"

presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e do Conselho da Região, fizeram questão de sublinhar que os serviços da CCR não iriam fechar nem iria haver despedimentos e que aquela estrutura iria ser colocada ao serviço dos órgãos regionais que vierem a ser criados.

Relativamente aos governos civis, Carvalho lembrou que no Alentejo existem três governos civis: Évora, Beja e Portalegre. "Três governadores civis com edifícios, com consultorias, com burocracia. Naturalmente, deixarão de existir. Em vez dos três governadores civis, haverá um governador civil regional. Portanto, caem por terra esses argumentos, que são argumentos simplistas, primários, do maior despesismo, de mais burocracia, de mais classe política" com a regionalização.

Ser governados por entidades não eleitas

E a questão que se coloca, adiantou o secretário-geral do PCP, "é se devermos continuar a ser governados por uma entidade que não é eleita, em que os rostos muitas vezes são desconhecidos, em que se utilizam verbas vultuosas, comandadas pelo Terreiro do Paço, ou se devermos dotar a região com forças eleitas que, naturalmente, deverão decidir quais os investimentos a fazer, que coordenação deve ser feita".

Na intervenção anterior, Rogério de Brito havia falado da necessidade de haver uma coordenação entre os diversos saberes da região. Carlos Carvalho

em relação à agricultura, ou aos diversos serviços do Estado, cuja coordenação regional não é nenhuma. E, muitas vezes, entre órgãos do próprio Estado há um divórcio completo, com prejuízo para as populações e com prejuízo para o desenvolvimento regional".

Mas irá a regionalização resolver todos os problemas do desenvolvimento? Carvalho diz que não. A regionalização "é um instrumento para o desenvolvimento. Nada mais do que um instrumento. Mas é um instrumento com muito mais vocação e muito maior dimensão de participação democrática".

PORA sem dinheiro e Alentejo discriminado

O Conselho da Região é uma assembleia consultiva constituída por representantes dos municípios da área da CCR Alentejo e é presidido por Rogério de Brito, que também preside à Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Procurando realçar os constrangimentos que os autarcas enfrentam às vezes, exactamente por não haver regionalização, o autarca do Litoral Alentejano referiu o problema do Programa Operacional da Região Alentejo (o PORA) que, disse, "neste momento praticamente se extinguiu quanto a disponibilidades e verbas. Até ao final, temos uma verba disponível de 400 e poucos mil contos, o que é praticamente irrisório. Obviamente que há projectos aprovados que estão em execução. Mas é evidente que a nossa aspiração em matéria de ordenamento

cessidades de desenvolvimento do Alentejo".

Rogério de Brito realçou ainda o facto "de o Alentejo ser a única região do País a que não foi aplicado o Fundo de Coesão Económica e Social para efeitos de infra-estruturas de ambiente, com incidência na área urbana. Todas as outras regiões tiveram acesso a esse fundo, mas o Alentejo, por razões que nos escapam, objectivamente não teve acesso a esse fundo".

No entendimento do autarca de Alcácer do Sal, esse facto "tem tido como consequência que o Programa Operacional tem sido fortemente sobrecarregado com infra-estruturas que são, naturalmente, muito dispendiosas. E, portanto, para podermos responder a esses problemas de ordem ambiental, vamos sacrificando fundos que poderiam ser destinados à satisfação de outras necessidades das populações, de desenvolvimento económico e social. Enquanto que, por falta da aplicação desses fundos, por exemplo, o sistema de tratamento dos resíduos sólidos urbanos em Évora e Beja está por realizar e a possibilidade de no Litoral Alentejano avançar o projecto necessário para garantir a recolha selectiva e a reciclagem está comprometida por falta de verbas do Programa Operacional".

Este é, pois, um problema que preocupa os autarcas dos concelhos onde as obras deveriam ser realizadas e não o são por indisponibilidade de verbas.

“Não consigo ver o Alentejo dividido...”

Na sequência de temas como Alqueva e o desenvolvimento económico da região, não podíamos deixar de fora, nesta entrevista, a questão da regionalização. Regionalista convicto e defensor de um Alentejo unido, Manuel Mestre revelou-se fiel às convicções que defendia enquanto presidente da Câmara Municipal de Moura, ainda que contrariem a posição da Federação de Beja do PS, partido a que pertence.

Em relação à questão da regionalização, mantém a posição que defendia na altura em que exercia as funções de presidente da Câmara

Municipal de Moura, ou seja, a de regionalista a favor de um Alentejo único?

A minha posição a respeito da regionalização penso que é conhecida. Eu defendi em tempos, e também na altura em que era presidente da Câmara de Moura, a criação das regiões administrativas e cheguei mesmo a fazer algumas intervenções nesse sentido. Por outro lado, defendi e defendo a criação de uma região única para o Alentejo. Sou talvez o único socialista, pelo menos entre aqueles que eu conheço, que tomou esta posição.

Mesmo insurgindo-se, no segundo caso, contra os so-

cialistas de Beja?

Repare, eu não me insurjo contra ninguém. Nós, no Partido Socialista, temos abrangência suficiente para tomar as posições que entendemos e eu, obviamente, o que vou fazer, como deve calcular, é ter algum recato nas minhas posições. Acontece que eu sou um homem de convicções e a minha convicção não surge nem contra, nem a favor de ninguém. Eu acho que a Região Baixo Alentejo teria algum significado se os concelhos do Litoral Alentejano, hoje mais ou menos ligados ao distrito de Setúbal, quisessem pertencer à Região Bai-

xo Alentejo. Como não querem, eu não vejo nenhuma viabilidade nesta região.

Eu penso que no Alentejo há meia dúzia de médios e grandes projectos que podem, na minha perspectiva, promover o desenvolvimento da região. E, depois, há uma quantidade enorme de pequenos projectos que podem suportar e sustentar o nosso desenvolvimento. Quando falo de médios e grandes projectos falo do caso de Alqueva, do Porto de Sines, dos produtos do subsolo, pirites ou rochas ornamentais, do pólo cultural importante que é hoje, indiscutivelmente, a cidade de Évora. Tem que existir este



Manuel Mestre é regionalista e defende uma única região para o Alentejo

cimento é eu, pessoalmente, não consigo ver todos estes projectos dissociados uns dos outros. Não consigo ver o Alentejo dividido

e por isso sou regionalista e sou – enquanto não me conseguirem demonstrar o contrário – pela Região Alentejo. □ C.F.

Diário do Alentejo

Falta cumprir o poder regional

António Baptista Candeias

Portugal está “retalhado” há séculos perante o silêncio dos que agora vociferam contra. Então as províncias, os distritos, os concelhos, as cinco CCRs, as regiões do plano, vindas do tempo de Marcelo Caetano?

Começo por dizer que o referendo não tem qualquer tradição em Portugal, a não ser apenas uma recordação de triste memória do plebiscito fantoche que aprovou a Constituição salazarista de 1933. Por isso o apelidam de democracia de adesão, em que os eleitores não optam, limitam-se a dizer *sim* ou *não*, mas não participam, aderem unicamente, como refere J. Magalhães Godinho no opúsculo *A Revisão Constitucional e os Poderes do Presidente da República*.

Mas, cingindo-nos à actual, o poder local compõe-se de três braços: a freguesia, o concelho e a região administrativa. Desde a Constituição de 1976, aprovada em 2 de Abril daquele ano, que assim é. Quer dizer as regiões resistiram a quatro revisões, que a têm expurgado das nacionalizações, reforma agrária, poderes populares, redução do número de deputados. Na última creio que foram ao ponto de catar a palavra *povo*, mas não tocaram nas regiões.

Dá que pensar a sanha com que agora a atacam, não só os partidos que aprovaram a Lei Quadro de 1991 por unanimidade, como aqueles que se calam, sendo caso para perguntar quando te-

rão razão os deputados e outras forças políticas. Agora mais velhos, acomodados e conservadores ou durante mais de duas décadas da vigência constitucional do regionalismo. Não temos dúvidas. A decadência intelectual acentua-se com o rodar dos anos e os interesses em que se vão empenhando calam a voz da consciência.

É talvez por causa disso que alguns homens públicos fazem o seu testamento político no receio de renegar no Inverno da vida os ideais de liberdade e democracia por que lutaram na juventude. Um exemplo para confirmar a tese foi-nos dado por Roger Martin du Gard no romance *João Barois*. Este era um livre pensador, um humanista que fez testamento confessando acreditar na ciência, no determinismo universal. Não se enganou. O medo da morte fê-lo abjurar tudo quanto tinha defendido em novo. Domesticamente também podemos lembrar os casos de Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, em romances como *Viagens na Minha Terra* e *A Cidade e as Serras*, apesar de estilisticamente serem duas obras primas da literatura portuguesa.

Consideremos, pois, sempre que o que tem mais valor é o que defendemos na mocidade com toda a energia, força vital e generosidade que a anima.

Voltando ao nosso tema, devia haver pudor, porque nós “ouvimos e vemos, não podemos ignorar”, ao violar a lei fundamental (e a moral) atirando-a às urtigas ou referendando-a, desvalorizando a Assembleia da República. Não admira que fosse tão difícil redigir as perguntas para fugir à contradição, repetindo o que já está em vigor há mais de duas décadas, como se vê nos artigos 257º, 258º e 92º na previsão das atribuições, tarefas ou funções das regiões. Portugal está “retalhado” há séculos perante o silêncio dos que agora vociferam contra. Então as províncias, os distritos, os concelhos, as cinco CCRs, as regiões do plano, vindas do tempo de Marcelo Caetano? E nunca tal afectou as fronteiras da Pátria ou a independência. Porque é que só agora acordaram estes patriotas que ainda ontem aprovaram ou pelo menos consentiram as regiões administrativas que existem em toda a Europa, menos Portugal e Grécia, com as vantagens que podemos ver comparando os níveis de vida e estudos divulgados na comunicação social?

Em conclusão, não é só o direito interno que impõe a vitória do *Sim* é também o direito comunitário, com o Comité das Regiões, que o exige, vinculativamente. □

Regiões e identidade

Cerca de duas centenas de pessoas participaram no debate-festa sobre o Alentejo e a identidade cultural na perspectiva da regionalização, realizado na tarde de domingo no Monte Alentejano, por iniciativa do sector intelectual do PCP do concelho de Évora.

O ambiente festivo da sala, embelezada de fitas para um baile da pinha e ornamentada com mesas recheadas de odores e sabores genuínos da terra, aquele toque de anfitrião predisposto a acolher sempre mais um, tornou ainda mais aliciante o termo "regionalização", que foi "servido" entre o aperitivo e a sopa de tomate.

De permeio, os parentes foram brindados com peças artísticas, da parte dos Cantares de Évora, de poetas populares vindos do Alandroal, de actores do Cendrev evocando Manuel da Fonseca e José Gomes Ferreira, de tocadores de viola campaniça e cantadores que se deslocaram de Castro Verde, Ourique e Almodôvar.

A abrir o debate, Cláudio Torres remontou à caminhada histórica que de Mértola a Beja e Évora foi percorrida por povos que deixaram traços expressivos no actual Alentejo e vizinha Espanha, desde os romanos aos árabes.



Intelectuais debateram regionalização e identidade cultural no Alentejo

Galopim de Carvalho abordou as convulsões do Atlântico que culminaram designadamente com a actual feição geofísica do Alentejo e franja sul da Beira Baixa, garantindo que os dinossauros foram fazer ninho a sítios mais acidentados.

Manuel Gusmão traçou um painel sobre os escritores que se inspiraram no Alentejo, da poesia e cantares peculiares, dos grupos corais que foi surpreender a cantar em França, na Suíça, no Canadá e que denotam a personalidade singular dos naturais ou descendentes do Alentejo e desta região. E a prova de que o

Alentejo é único, sublinhou, mesmo os que se comprazem a contar "anedotas de alentejanos", fazem-no sem se referirem ao Alto ou Baixo Alentejo...

A experiência de Joaquim Miranda sobre os centros decisórios de Bruxelas e outros aspectos da Comunidade Europeia com reflexos sobre a regionalização mais esclareceu os interessados sobre os meandros eurocéntricos.

Também o deputado Lino de Carvalho elucidou a assembleia a propósito de questões essenciais relacionadas com a regionalização e desmistificou as

afirmações enganosas contidas em cartaz de propaganda de partidos cujos líderes são reconhecidamente contra a descentralização e desburocratização do Estado. Impregnados de uma cultura centralista, tal como certos pretensos "fazedores de opinião", esfalfam-se a denegrir a regionalização, em tiradas demagógicas destinadas a incautos e eleitores piamente crédulos em tamanha verborreia situacionista.

No final da sessão, Raimundo Cabral expressou a sua satisfação pela animada e proveitosa tarde de domingo. □

Alentejo

Sim à Regionalização por Portugal



Pela regionalização

A polémica sobre a regionalização está no terreno e os participantes do encontro de Évora entenderam que tinham também uma palavra a dizer e disseram. A dada altura da intervenção que tratou deste assunto foi referido o argumento muito badalado pelos detractores da regionalização e que tem a ver com os custos para o erário público que a sua implantação irá trazer e que a regionalização "poderá ser mais um motivo para a criação de clientelas políticas".

Este argumento, sublinharam, "cai por terra com o estrondo de uma bomba atómica quando é sabido que candidatos derrotados em eleições democráticas para as autarquias são promovidos a membros destacados das CCRs e a governadores civis, ficando portanto acima, em termos hierárquicos, dos presidentes das câmaras municipais, que receberam a maioria dos votos, portanto,

maior apoio popular do eleitorado. É caso para perguntar se os elementos a eleger para os órgãos das futuras regiões administrativas terão menos legitimidade democrática que os actuais governadores civis ou os elementos componentes das CCRs, nomeados discricionariamente pelos governos centrais".

Relativamente aos custos, entendem os participantes do encontro que "também é fácil demonstrar a demagogia apresentada. A deduzir aos custos da regionalização, dizem, estarão as verbas hoje atribuídas de forma discricionária pelo Governo central aos governos civis e às CCRs, em grande parte distribuídas a clientelas partidárias, como é do conhecimento geral, e ainda despendidas pelo Governo central em planos regionais de custos acrescidos devido à exagerada burocracia". □

L.R.

Diário do Alentejo

Diário do Alentejo

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" divulgou em Lisboa a Comissão de Honra, constituída por 60 membros e presidida por Cláudio Torres, Galopim de Carvalho, José Mattoso, Machado Caetano e Urbano Tavares Rodrigues

Sim à regionalização mobiliza "notáveis"

A regionalização "resulta de não podermos aceitar passivamente o chocante desequilíbrio que existe entre as condições de vida do centro e da periferia", afirmou o historiador José Mattoso. O conhecido intelectual falava na sessão de apresentação da Comissão de Honra do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal", na

terça-feira, na Casa do Alentejo em Lisboa. Além de José Mattoso, presidem à Comissão de Honra o arqueólogo Cláudio Torres, o geólogo Galopim de Carvalho, o médico Machado Caetano e o escritor Urbano Tavares Rodrigues. O movimento anunciou um grande desfile, no próximo dia 25, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. pág. 2 e 3



O movimento do Sim à Região Alentejo foi lançado em finais de Julho em Évora



A sede nacional do movimento, em Beja, foi inaugurada em Agosto



Também em Sines existe já uma sede do movimento no Litoral Alentejano



Cerca de 7500 assinaturas foram entregues na Comissão Nacional de Eleições



Personalidades de prestígio nacional encabeçam o movimento pelo Sim à Região Alentejo

MOVIMENTO ALENTEJO: SIM À REGIONALIZAÇÃO, POR PORTUGAL

“Notáveis” com o Sim

Texto de Rosário Fernandes
Fotos de Mariano Martins

O movimento “Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal” apresentou a Comissão de Honra na passada terça-feira, na Casa do Alentejo em Lisboa. Uma comissão composta por 60 elementos, em cuja presidência se encontra o arqueólogo Cláudio Torres, o professor universitário e investigador Galopim de Carvalho, o professor universitário e historiador José Mattoso, o médico e professor universitário Machado Caetano e o professor universitário e escritor Urbano Tavares Rodrigues.

A mesa da sessão na Casa do Alentejo foi presidida por estas personalidades, à excepção de Urbano Tavares Rodrigues, que mesmo no estrangeiro não quis deixar de enviar uma nota escrita, tendo incluído também quatro mandatários: os presidentes das câmaras municipais de Alcácer do Sal, Beja, Évora

intervir para chamar a atenção para questões como a falta de respeito e de honestidade por parte dos adversários da regionalização para com os portugueses em vez do “debate esclarecido e esclarecedor” e para desmontar algumas das “calúnias perigosas que põem em causa e descredibilizam a própria democratização e modernização do Estado”.

Levar o esclarecimento com verdade ao todo nacional é um dos objectivos deste movimento pelo Sim à regionalização, até porque, explicou, será esse Sim que “permitirá a cada português contribuir para abrir o caminho a um processo que pode e deve ajudar a combater e vencer muitas das causas que levaram esses mesmos portugueses a ter que sair da sua terra, irmanados na angústia de quem viu e vê as suas aldeias a desertificarem-se”. Concluiu que “a grande ameaça à coesão nacional, o fermento da divisão entre os portugueses, os maiores custos que temos suportado são a pobreza e as profundas assimetrias que atingem o País, que asfixiam o interior e permitem a iniquidade e o arbítrio como

falou António Barreto num artigo recente.

Cláudio Torres explicou que “esses bairros da lata nas cidades de Lisboa e Porto são de pessoas que vieram do interior empurrados e novos bairros da lata surgirão enquanto o interior não tiver alternativas”. Daí que “a solução da concentração urbana está em fixar e criar condições para que o interior segure essa população e lhe dê boas condições de vida”.

Reconhecendo a importância do poder autárquico do pós 25 de Abril como motor para o desenvolvimento do País face ao poder centralizador do passado, o arqueólogo sublinhou por isso o valor das futuras regiões administrativas nesse desenvolvimento, considerando-as também um elemento muito importante para a preservação da própria identificação.

Por seu turno, Machado Caetano frisou ser a sua primeira participação pública num acto político, isto porque sendo ele próprio alentejano e tendo acompanhado “a grande miséria social e cívica que passou o povo alentejano” resolveu dar o seu apoio à regionalização, vis-

nistrativas, dado que no actual sistema “o poder autárquico é muito limitado e é preciso que cada região tenha voz activa e poder local para interferir em áreas tão cruciais como a educação e saúde, pelo que votar Sim às regiões é votar a favor das competências regionais para planear e ordenar, para decidir com mais liberdade e responsabilidade; significa votar por um Portugal único, mas plural, com regiões mais prósperas, por um Portugal diferente, mais justo e mais democrático”.

Acabar com os desequilíbrios

O historiador José Mattoso considerou que apoiar a regionalização “resulta de não podermos aceitar passivamente o chocante desequilíbrio que existe entre as condições de vida do centro e da periferia”.

Socorreu-se da história para explicar que “o País sempre alimentou o centro, a capital, a corte com a transferência para ela de todas as suas capacidades, recursos e energias”, algo que “provocou não só disparidades internas, mas está em última análise, na origem de debilita-



Casa cheia na Casa do Alentejo em Lisboa para apoiar o Sim à Região Alentejo

ANAFRE defende a regionalização

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) defende o princípio da regionalização por entender que se trata de um processo natural de democratização da vida política e da administração pública que aponta para a racionalização na gestão dos recursos, garante a coordenação dos investimentos públicos e visa a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações. Esta posição, tomada na altura do Congresso de Maio e reafirmada recentemente em conferência de imprensa pelo presidente do Conselho Directivo da ANAFRE, assenta ainda na "necessidade de uma clara descentralização de competências, com a consequente dinamização da participação dos cidadãos em todos os domínios da vida nacional". Segundo adiantou José do Egito, "o que nos move não são interesses partidários, mas sim uma grande vontade de pugnar por uma inequívoca intervenção das freguesias na campanha de sensibilização dos portugueses a participarem no referendo de 8 de Novembro". □

Uma comissão de honra de 60 personalidades

A Comissão de Honra do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" é presidida por Cláudio Torres, Galopim de Carvalho, José Mattoso, Machado Caetano e Urbano Tavares Rodrigues. Dela fazem parte: Alberto Matos, professor; Alcídio Torres, jornalista; Amílcar Serrão, professor universitário e vice-reitor da Universidade de Évora; António Galhordas, médico; António Inverno, artista plástico; António Jara, director dos serviços de cardiologia do Hospital Distrital de Évora; António Rosa Coutinho, almirante; António Santos (Tim), músico; António Teixeira Correia, árbitro de futebol; Armando Alves, professor universitário; Augusto Henriques Pinheiro, médico; Carlos Cabral, professor universitário; Carlos Custódio, amador de pesca da sardinha; Carlos de Sousa, médico, director do serviço de cirurgia do Hospital Distrital de Beja; Carlos Espadinha, presidente do Sindicato dos Pescadores; Carolino Tapadejo, animador de desenvolvimento local; Casimiro Meneses, médico, director do serviço de medicina do Hospital Distrital de Portalegre; Casimiro Santos, coordenador da União de Sindicatos do Distrito de Beja; Cláudio Torres, arqueólogo; Diogo Serra, coordenador da União de Sindicatos do Distrito de Portalegre; Francisco Brisos de Carvalho, oficial do Exército; Francisco Ceia, cantor; Francisco Fanhais, músico; Francisco Moita Flores, escritor e professor universitário; Galopim de Carvalho, professor universitário e investigador; Hélder Costa, encenador; Janita Salomé, músico; João Andrade Santos, presidente da Região de Turismo de Évora; João Nunes, presidente do PAL do Sudoeste Alentejano; João Torrinhos

Paulo, dirigente da CGTP; Joaquim Lopes, dirigente da CNA; Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu; Joaquim Pessoa, poeta; Jorge Vieira, escultor; Jorge Araújo, reitor da Universidade de Évora; José Fanha, escritor; José Félix, coordenador da União de Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém; José Figueira, coordenador da União de Sindicatos do Distrito de Évora; José Mattoso, professor universitário e historiador; José Parrinha, presidente da Região de Turismo da Planície Dourada; José Romão, treinador de futebol; José Veiga Trigo, ex-árbitro de futebol; Lourdes Espanhol, vice-presidente do Sindicato de Professores da Zona Sul; Luís Jordão, presidente da Casa do Alentejo; Luísa Basto, cantora; Luísa Canhão, bombeira; Machado Caetano, professor universitário e presidente da Fundação Portuguesa da Luta Contra a Sida; Manuel Madeira, presidente da assembleia geral da ACOS; Manuel Torneiro, industrial; Margarida Cancela d'Abreu, arquitecta paisagista; Mário Barradas, encenador; Mário Zambujal, escritor; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Munhoz Frade, médico, director clínico do Hospital Distrital de Beja; Nuno da Câmara Pereira, fadista; Paco Bandeira, cantor; Paulo Barral, arquitecto; Paulo Estadão, vice-presidente da CCR de Lisboa e Vale do Tejo; Rogério Ribeiro, professor universitário e artista plástico; Rui Namorado Rosa, professor universitário; Samuel, cantor; Urbano Tavares Rodrigues, professor universitário e escritor; Vasco Gonçalves, general; Vasco Parente, presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora; Vítor Madeira, treinador de futebol; Vitorino, cantor e compositor. □

Diário do Alentejo



Diário do Alentejo

ANO LXVII N.º 860 (II SÉRIE) • 16 A 22 DE OUTUBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAÍ ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130\$00 • TAXA PAGA 7800 BEJA

Alentejo em Congresso



"Regiões administrativas – factor de coesão e desenvolvimento" é o lema do X Congresso Extraordinário sobre o Alentejo convocado para amanhã, em Serpa. Dois grandes temas serão abordados: "Órgãos regionais – competências e atribuições, financiamento e relações institucionais"; e "A Região como factor de desenvolvimento". Os trabalhos decorrerão em plenário, ao longo do dia de sábado, e foram convidadas diversas personalidades para introduzir os debates: Carmelo Aires, vereador do PSD

na Câmara de Évora, Rogério de Brito, presidente do Conselho da Região, Joaquim Miranda, eurodeputado do PCP, Bento Rosado, gestor do PORA, Rosa Fernandes, presidente do Instituto Politécnico de Beja, Josué Caldeira, assessor da AMDE, e Margarida Cancela de Abreu, directora regional do Ordenamento do Território. O Congresso de Serpa pretende abordar concretamente o modelo e a forma de funcionamento da futura região do Alentejo e o seu papel no desenvolvimento. **págs. 2 e 3**



regiões

Movimento pelo Sim mobilizado

Os defensores do Sim no Alentejo estão mobilizados para as últimas três semanas de esclarecimento do eleitorado antes do referendo de 8 de Novembro. Dizem que "não basta ter razão", é preciso que as pessoas votem pelo Alentejo. **págs. 4 e 5**

Alentejo

Sim à Regionalização por Portugal



Notáveis pelo Sim ao Alentejo

Rosário Fernandes

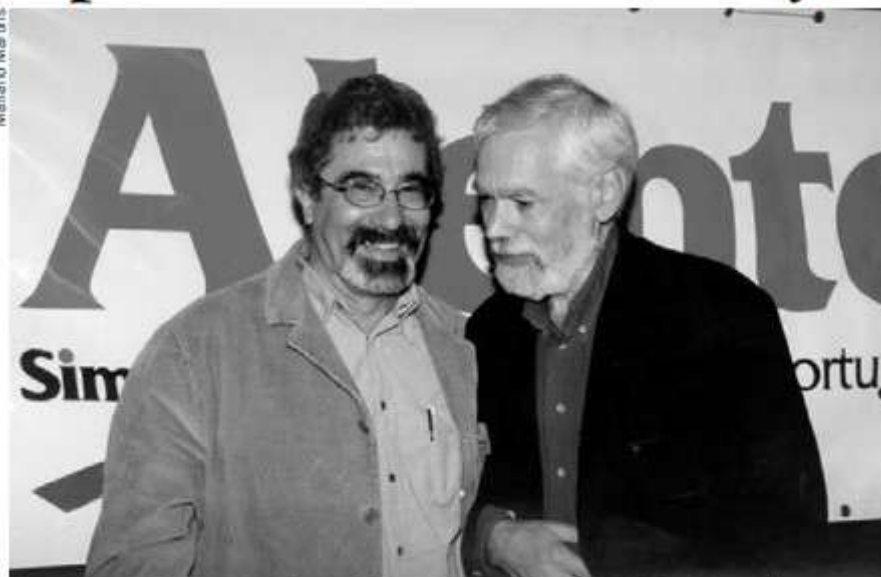
O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" apresentou a sua Comissão de Honra no passado dia 6, na Casa do Alentejo, em Lisboa, contando a cerimónia com a presença de conhecidas figuras de prestígio nacional.

O "Diário do Alentejo" aproveitou para conhecer as razões do apoio de algumas dessas pessoas, "notáveis" da cultura e da música, ao referido movimento.

Francisco Moita Flores, escritor e professor universitário, natural de Moura a viver presentemente em Lisboa, esclareceu: "Estou aqui por solidariedade cívica, acho que o Sim ao Alentejo é uma forma de emancipar, de olhar para a nossa região de outra forma. E durante algum tempo falar do Alentejo quase em termos de protesto pelo que tem sido esta política, que não é de hoje, de esquecimento, ignorância e, sobretudo, o que é mais grave, de desertificação humana e agrícola. Vou votar Sim à regionalização, mas não me vou envolver em campanhas, não tenho jeito para falar nessas coisas.

Mas é necessário lutar pela regionalização e sobretudo é importante discutir e lutar pelo Alentejo e onde houver alentejanos eu estou lá a lutar pelo Alentejo que é a minha memória e as minhas raízes.

Nuno da Câmara Pereira, um dos grandes nomes do fado, falou assim da sua participação: "É óbvio que sou regionalista e defensor do Alentejo como única região. Não só o Alentejo como unidade, mas também como o próprio País. Quem não deve não teme e não há dúvida nenhuma que o meu sentimento pátrio, o conhecimento que tenho de ser português não me assusta "dividir" o País em oito gomos, pois são precisamente esses gomos que fazem a diversidade do sabor que a laranja tem e no que se refere à tradição esta obriga à sua oxigenação, do que vive, do que respira e por isso vai-se renovando sempre. Não sou conservador e não se confunda conservador-



O arqueólogo Cláudio Torres e o historiador José Mattoso manifestam-se pelo Sim à Região Alentejo

rismo com nacionalismo, é precisamente a melhor tradição que aponta para uma divisão de poder, contra o vazio e a desertificação cultural e demográfica a que o Alentejo foi submetido.

Olhamos para a orla lisboeta, Amadora por exemplo, e vemos que está cheia de alentejanos. Porquê? Porque não encontraram condições de vida no seu Alentejo.

Não sou um homem de esquerda, sou português e por isso aqui me encontro. Com um Alentejo único vamos poder ter a nossa independência cultural e decidir os nossos destinos. Taremos também uma certa independência económica e financeira e o alentejano poderá ser chamado à responsabilidade mais do que foi até agora, que foi considerado sempre como português de segunda – assim o sinto, assim o vi, assim o senti. Por isso aqui me encontro e acredito ser possível, ao Alentejo, atingir um desenvolvimento amanhã que começa já agora, com uma nova inserção na natureza. E não há natureza alguma mais pura que o Alentejo".

"A regionalização é óbvia"

Cláudio Torres, o arqueólogo que um dia trocou um grande centro urbano pelo concelho de Mértola, considerou: "Já estou há 20 anos a trabalhar no Alentejo, que é uma espécie de conquista lenta: vai-se conhecendo, estudando, entendendo a sua história, território, gentes. A regionalização surge como uma necessidade e este movimento

viria de qualquer forma, porque este fenómeno cultural é um fenómeno de identificação regional fortíssimo na Europa e faz-me pena termos entrado em litígio, numa campanha tão desnecessária, porque havia quase unanimidade. Infelizmente o movimento do Não é exclusivamente político, é para afirmar a nova AD, surge como uma coisa completamente extemporânea e que vem destruir a quase unanimidade porque a regionalização é óbvia, é um movimento moderno europeu.

À medida que a globalização se estende e ocupa todo o pensamento do homem, os fenómenos de ligação entre países, é evidente que as regiões começam a existir: há fenómenos de identificação com o território cultural, com a economia e mesmo de sobrevivência. É um fenómeno que aqui ia chegar mais tarde ou mais cedo e o Alentejo, cada vez mais, entendo-o como um todo, com lógica, como alternativa e hoje estamos a ver os fenómenos urbanos a degradar-se. Lisboa, que era uma cidade habitável há 20 e tal anos, bonita, com uma escala razoável, hoje está-se a degradar, precisamente por rebanhar de escala – são centenas de milhares de pessoas que se amontoam, há um empobrecimento evidente das grandes camadas da população, jovens sem alternativas e as cidades estão cada vez mais sem controlo. Ora, territórios como o Alentejo que vemos hoje, que o cidadão aprecia, não podem ser só como jardins da cidade, sítios

onde o cidadão vai passar férias. As pessoas têm de ficar, tem de haver alternativas económicas e culturais com lógica.

Agora grita-se pelo Portugal unido. Qual Portugal? Quem manda são os monstros económicos, os bancos multinacionais. Quais fronteiras? Existem cada vez mais só fronteiras culturais das regiões, de identificação onde a pessoa tem ainda uma escala com o território, onde se sente ligada com esse território, com as formas de comer, de falar, de cantar. Isso é o que resta e é o caso ainda muito forte do Alentejo com as suas especificidades e características culturais que a regionalização pode preservar".

Francisco Ceia, cantor e autor, natural de Portalegre, apresentou-nos também as razões da sua aposta no Sim: "Regressei ao Alentejo após vários anos em Lisboa, mas nunca deixei de me preocupar com a desertificação e os problemas do nosso Alentejo. O estar aqui tem a ver com o acreditar que é possível a descentralização e provei-o ao longo destes anos, por exemplo criando uma companhia de teatro profissional em Portalegre que ainda hoje existe. Quando propus fazê-la, em 1979, fui apelidado de muitas coisas, mas acreditei e acredito nas capacidades das pessoas que vivem no Alentejo, na sua capacidade para fazer coisas e evitar que, tal como eu, saiam das suas terras. Penso que a situação poderá melhorar, se lhes foram dadas oportunidades. E com a regionalização isso será possível. U

“Não basta termos razão”

O movimento “Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal” já tem sede em Évora. Já tinha sedes em Beja e no Litoral, a partir de agora conta com este espaço em Évora e, hoje, sexta-feira, vai abrir mais uma sede, desta vez, em Portalegre. A de Évora fica na Rua de Avis, 92, mesmo ao lado da Região de Turismo. É muito fácil dar com o local...

A inauguração deu-se ao fim da tarde da passada terça-feira, 13. Muita gente na sala, muita gente na rua, autarcas de todo o Alentejo.

Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, fez as honras da casa e dirigiu palavras de circunstância aos presentes. Disse que “o Alentejo precisa da regionalização porque é uma das regiões mais atreladas da Europa”, embora, “curiosamente, com pessoas de uma riqueza cultural impressionante em qualquer parte do mundo”. O alentejano, frisou, “é sempre alentejano, esteja ele aqui, esteja ele no Canadá, nos Estados Unidos da América ou na Oceania. Em qualquer lado, o alentejano afirma-se, tem valores próprios”.

Para além dos homens, referiu o autarca, o Alentejo “tem potencialidades no solo, um riquíssimo solo com produtos excepcionais; temos um riquíssimo património histórico; não temos poluição, que é hoje uma das questões fundamentais das cidades europeias e do mundo. Estamos em condições de começar o desenvolvimento de uma forma organizada”, disse.

Na opinião de Abílio Fernandes, “o Alentejo impõe-se como uma marca e hoje vivemos num mundo de concorrência, há concorrência ao nível de países, há concorrência ao nível de blocos, há concorrência ao nível das cidades e há concorrência ao nível das regiões”. Sendo uma marca e uma marca de qualidade, o Alentejo pode assumir grande importância tanto em termos nacionais como mundiais.

Daí que, frisou o presidente da Câmara de Évora, valha “a pena esta luta que estamos a desenvolver pelo Alentejo. Congratulamo-nos e honramo-nos muito por o movimento abrir uma sede na nossa cidade de Évora. E,



Autarcas alentejanos na nova sede do movimento do Sim em Évora

portanto, agora só me falta dizer o seguinte: é que não basta termos razão. É preciso que as pes-

soas todas votem. E, para votar, temos de fazer um grande esforço. A razão desta nossa sede é para

criarmos as condições para, de hoje até ao dia 8 de Novembro, podermos fazer um grande esfor-

ço no sentido de fazer chegar a nossa mensagem a todas as pessoas que ainda não se aperceberam do que é a regionalização. Nós não fizemos uma cultura da regionalização. Antes pelo contrário. Temos tido detractores que utilizam toda a espécie de imagens negativas que fazem dividir as pessoas. É necessário chegar junto dos cidadãos no sentido de levá-los ao conhecimento de que a regionalização não é nenhuma luta entre partidos, não é nenhuma luta entre regiões, não é um estrangulhar do nosso País. As regiões são autarquias, como são as câmaras municipais, como o são as juntas de freguesia. E as câmaras municipais e as juntas de freguesia, todos estão de acordo que foi uma grande riqueza para o País a sua criação”.

Paralelamente à inauguração da sua sede, o movimento “Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal” precedeu à apresentação da Comissão Dinamizadora Distrital, cuja lista, composta por 66 pessoas, tem representantes nos 14 concelhos do distrito. **L.R.**

Para quê a regionalização?

José Lopes Guerreiro

A regionalização contribuirá para aprofundar o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril, aumentar a racionalização da administração pública e fomentar o desenvolvimento mais harmonioso e equilibrado do País. É por isso que falsos democratas, centralistas ou simples receosos da perda de influência e de lugares generosamente remunerados contestam a regionalização

Quando se fala em regionalização é frequente alguém perguntar para que se quer dividir o País, para que servem as regiões.

Importa lembrar que o País não se divide com a criação das regiões administrativas, tal como não se dividiu com a criação de freguesias ou municípios. O País está profundamente dividido, com enormes assimetrias regionais provocadas por diferentes níveis de desenvolvimento e de crescimento económico, em resultado de diferentes níveis de investimento, que levou à desertificação de todo o interior.

“A região administrativa é uma pessoa colectiva territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, como factor da coesão nacional”, como estabelece logo o artigo 1º da Lei Quadro das Regiões Administrativas, aprovada, por unanimidade, pela Assembleia da República, em 6 de Junho de 1991, e assinada por Mário Soares e Cavaco Silva, agora seus adversários.

Aqui encontramos muitas razões para defendermos a regionalização.

A região é uma entidade administrativa, isto é, cabe-lhe a administração de um conjunto de serviços públicos retirados da alçada da administração central, ou seja, do Governo.

A direcção desses serviços públicos exercida com autonomia pelos órgãos representativos da região, democraticamente eleitos, contribuirá para a sua melhor articulação entre si, para a maior racionalidade da administração pública e a melhor prestação de serviços às comunidades e às pessoas.

As regiões são consideradas um factor de coesão nacional porque ao elaborarem planos regionais e participarem na elaboração dos planos nacionais contribuirão para reduzir as assimetrias actualmente existentes, fomentando um desenvolvimento económico e social do País mais harmonioso, porque mais participado por representantes regionais eleitos pelas populações, a quem terão de prestar contas, ao contrário do que acontece com os actuais dirigentes das comissões de coordenação regional (CCR) e outros serviços periféricos da administração central, que são nomeados pelos membros do Governo a quem devem obediência.

As regiões administrativas aproximam o poder das pessoas. Não será apenas a distância física, mas principalmente a distância psicológica que será encurtada. Os seus órgãos representativos terão uma postura mais dialogante e responsável, porque eleitos democraticamente, e os seus serviços públicos serão mais eficazes e eficientes, porque terão de prestar contas a responsáveis eleitos pelas populações, que lhes exigirão uma melhor qualidade da prestação de serviços.

Em síntese, podemos afirmar que a regionalização contribuirá para aprofundar o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril, aumentar a racionalização da administração pública e fomentar o desenvolvimento mais harmonioso e equilibrado do País.

É por isso que falsos democratas, centralistas ou simples receosos da perda de influência e de lugares generosamente remunerados para que foram arbitrariamente nomeados, contestam a regionalização.

A regionalização é a reforma da administração pública mais discutida.

Foi inscrita na Constituição da República em

1976 e as sucessivas revisões da Lei mãe confirmaram-na.

Em 1991, como atrás escrevemos, a Assembleia da República aprovou por unanimidade a Lei Quadro das Regiões Administrativas.

Como se vê, houve um amplo consenso em torno da necessidade desta reforma descentralizadora da administração pública até se tomar iminente a sua concretização, com a aprovação da Lei de Criação das Regiões Administrativas, em 26 de Março do corrente ano.

É esse amplo consenso que é importante alcançar no próximo dia 8 de Novembro, primeiro, deslocando-se à mesa de voto, e, depois, votando Sim nas duas perguntas submetidas a referendo, contribuindo, dessa forma, para que as regiões administrativas sejam finalmente instituídas em concreto e o Alentejo, como as outras regiões, possa assumir com autonomia, responsabilidade e meios próprios, o seu desenvolvimento.

A regionalização não será a panaceia, mas certamente será um contributo determinante para o desenvolvimento harmonioso do País e, consequentemente, para o desenvolvimento mais acelerado do Alentejo.

Músicos lançam CD pela Regionalização

Várias personalidades do panorama musical nacional lançaram na passada quarta-feira, 14, numa cerimónia realizada no Palácio Galveias, em Lisboa, um CD onde cantam o *Sim* à Regionalização. Na apresentação pública do disco "Assim, Sim" participaram, para além dos artistas, alguns políticos e elementos da sociedade civil. Trata-se de um trabalho discográfico composto por nove temas centrados no Alentejo e onde participaram gratuitamente os cantores Carlos Mendes, Francisco Ceia, Francisco Fanhais, Janita Salomé, Luísa Basto, Nuno da Câmara Pereira, Paco Bandeira, Pedro Barroso e Tim. As letras ficaram a cargo de Joaquim Pessoa, Eduardo Fonseca, Manuel Alegre, Eduardo Olímpio, e Manuel da Fonseca. □

Diário do Alentejo

Mais de 500 pessoas participaram no X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, no sábado, em Serpa, tendo reafirmado o apoio à regionalização e à Região Alentejo. O Congresso foi unânime: regionalizar é investir na democracia

Alentejo pelo Sim

"Unidos somos capazes de ir longe. Divididos somos capazes de dar as armas àqueles que estão a defender o Não", afirmou o socialista Rondão de Almeida, presidente da Câmara de Elvas, no decorrer dos trabalhos do X Congresso sobre o Alentejo, em Serpa. Nas conclu-

sões do fórum, aprovadas por aclamação, afirma-se que as regiões administrativas são "um investimento na democracia" e apela-se aos defensores da regionalização "um real empenhamento para a vitória do Sim" no referendo de 8 de Novembro próximo. págs. 2 a 5

José Serano



O secretariado permanente do Congresso presidiu à abertura do fórum de Serpa



Mais de meio milhar de congressistas assistiram aos trabalhos



Os presidentes das câmaras de Évora e Beja, Abílio Fernandes e Carreira Marques



O Cine-Teatro Municipal de Serpa acolheu o X Congresso sobre o Alentejo

X CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO SOBRE O ALENTEJO REUNIU EM SERPA MAIS DE 500 PARTICIPANTES

Regionalizar é investir na democracia

Alentejo vai desfilar em Lisboa

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" organiza no domingo, 25, um desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa. A iniciativa tem o apoio de outros grupos de cidadãos favoráveis à regionalização. pág. 9



No Congresso de Serpa, foi reafirmado por unanimidade o apoio à regionalização e à Região Alentejo

Alentejo desfila em Lisboa pelo Sim

Rosário Fernandes

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal", em conjunto com outros movimentos pelo Sim, promove no próximo domingo, 25, a partir das 14 e 30 horas, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, em Lisboa, um grande desfile com a participação de bandas, ranchos e corais de todo o País. Várias outras iniciativas de apoio às regiões estão programadas nas próximas duas semanas para o Alentejo e para o País.

Em contagem decrescente para o dia do referendo os movimentos pelo Sim às regiões aumentam as suas iniciativas.

O Alentejo não é excepção, tendo o movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" intensificado as suas ações durante os últimos dias e prometendo mais para as próximas duas semanas.

Ações de sensibilização promovidas quer através de sessões de esclarecimento e afixação de cartazes, quer da distribuição de autocolantes, pin's e de um manual informativo que, de forma muito simples, isenta e objectiva explica a criação das regiões administrativas e cuja tiragem atingiu os 160 mil exemplares.

Na passada terça-feira, iniciou-se em Vendas Novas uma Volta ao Alentejo de distribuição de informação sobre a regionalização, que percorrerá todos os concelhos do Alentejo, tendo já passado por Montemor, Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Beja, onde chegou ontem.

Hoje, 23, prossegue viagem chegando a Estremoz amanhã — fazendo um intervalo no próximo domingo, 25, para se deslocar ao grande desfile previsto para a Avenida da Liberdade em Lisboa, prosseguindo depois para o Norte Alentejano, onde terminará a 28.

Outra iniciativa que percorrerá o País de Sul a Norte, passando como é óbvio por terras



Ludgero Escovar, administrador-delegado da AMDB

alentejanas, é "Portugal em Marcha", organizada por todos os movimentos do Sim à regionalização, que tem início em Sagres no próximo dia 29 e terminará no dia 6 em Lisboa. Deste modo, o Movimento do Sim ao Algarve entrega o testemunho ao seu congénere alentejano no dia 30 em Mértola, atravessando este diferentes concelhos alentejanos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e sendo entregue ao Movimento Sim à Beira Interior no dia 31, em Vila

Velha de Ródão.

Em vários dos locais por onde passará o testemunho estão previstos momentos de participação e envolvimento popular, de distribuição e informação, de chamada de atenção no terreno para situações que a regionalização resolveria e que o actual sistema não resolveu.

O desfile do dia 25 em Lisboa, iniciativa proposta pelo Alentejo a que aderiram todos os movimentos pelo Sim, tem ini-

cio às 14 e 30 horas no Marquês de Pombal dirigindo-se até aos Restauradores, tendo a participação de bandas, ranchos e corais de todas as regiões do País. No final, está previsto um espectáculo onde actuam artistas que participaram no CD "Assim, Sim" de apoio à regionalização. Paco Bandeira, Pedro Barroso, Francisco Ceia, Carlos Mendes, Samuel e Luísa Basto são alguns dos nomes que integram este CD.

As ações de esclarecimento e apoio à regionalização têm um forte empenho das autarquias, justificado com exemplos concretos, como os que apresenta Ludgero Escovar, administrador-delegado da Associação de Municípios do Distrito de Beja: "Se houvesse regionalização, não estávamos neste momento numa situação de semi-impasse para a resolução do Plano Director de Resíduos Sólidos e para a selagem das lixeiras do Alentejo, já tínhamos resolvido isto. Se houvesse regionalização, não havia nenhum impasse neste momento na construção da estrada Grândola/Almodôvar,

com dúvidas em Castro Verde, Ourique e Almodôvar; nós tínhamos discutido o assunto e encontrado soluções melhores, mais rápidas e não estávamos ainda dependentes da resposta do Terreiro do Paço. Se houvesse regionalização, possivelmente já tínhamos resolvido outros problemas como os das acessibilidades, reactivação de alguns ramais da CP que foram encerrados, os dos centros de saúde e da localização de estabelecimentos de ensino, desportivos e culturais. Já teriam sido criadas melhores condições para o investimento na nossa região. É fundamental que haja regionalização para que se demore menos tempo, para que os custos sejam mais leves, para que as respostas sejam mais céleres, para que as pessoas não estejam tão dependentes da burocracia institucional e para que se possam eleger democraticamente os seus representantes e não velhos nomeados pelo Governo, como hoje acontece, com a agravante de por vezes nem a região conhecerem". □

Portalegre

MOVIMENTO DO SIM ÀS REGIÕES DINAMIZA AÇÕES NO DISTRITO

Dar uma oportunidade ao Alentejo

Texto de Rosário Fernandes
Foto de José Serrano

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" apresentou no Café Vitória, no dia 16, a sua comissão dinamizadora distrital de Portalegre.

Setenta nomes dos mais diversos quadros integram a comissão dinamizadora de Portalegre, tendo três deles usado da palavra: Paulo Barral, arquitecto, Manuela Louro, médica e Joaquina Miranda, economista e eurodeputado.

Paulo Barral explicou que o movimento inclui "pessoas de várias tendências ideológicas irmanadas por uma opção: o Sim à regionalização" e apelou a todos que "o animem e não se preocupem com bocas tontras: mais cargos políticos, mais contribuições, mais impostos" que não



Arquitecto Paulo Barral: "A regionalização é inevitável"

passam de falsos argumentos.

Mais adiante, haveria de considerar que os geradores de conflitos contra a formação das regiões "são meia dúzia de caciques que não querem perder as suas privilegiadas relações

com esse tal poder central, que eu chamo bafiento e salazarista, que ainda reside no nosso Estado democrático". Paulo Barral esclareceu: "Os centralistas podem ter esperanças de ganhar, mas o ganho deles é uma perda

para o País em tempo, porque a regionalização é inevitável".

Manuela Louro falou em nome da comissão dinamizadora Distrital. Considerou que "o Alentejo precisa de uma oportunidade, precisa da regionalização

como de pão para a boca", isto porque "somos neste momento uma das regiões menos desenvolvidas do País e da Europa, o que é muito grave e, se continuarmos sujeitos a planos orçamentais, estratégicos e de actividades nacionais o Alentejo há-de ficar sempre a perder".

Manuela Louro acredita que "se for dada uma oportunidade ao Alentejo de se poder constituir em região as questões são completamente diferentes". Finalizou alertando para "a demagogia de alguns líderes políticos que tendo aprovado por unanimidade a regionalização na Assembleia da República agora não a querem terreno".

A última intervenção pertenceu a Joaquim Miranda. "Estamos a trabalhar pela criação de regiões, pelo desenvolvimento, de uma forma séria, mas temos outros que se nos contrapõem e que não têm a mesma atitude, que utilizam armas muito difíceis de combater

porque são muitas vezes a arma da demagogia, da calúnia, da ofensa", referindo-se aos adeptos do Não.

"Vivemos numa região de profundo atraso quer ao nível nacional quer europeu — o Alentejo está a perder terreno — e se tivéssemos um instrumento como é a regionalização (que nos permite planejar, tomar decisões prioritárias de nacionalização e correcto aproveitamento dos recursos) obviamente podíamos ter feito muito mais do que tem sido feito até agora e poderíamos colmatar tais situações de atraso, algo que não é exclusivo ao Alentejo, mas que se passa em todo o interior", sublinhou o deputado do PCP no Parlamento Europeu.

O movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal" inaugurou, também no dia 16, uma sede em Portalegre (na Rua Luís de Camões, nº 13, 2º andar). □



Diário do Alentejo

Regionalistas de Norte a Sul juntaram-se num enorme desfile, no domingo, em Lisboa, para mostrar que as regiões fazem falta ao País – incluindo aos grandes centros urbanos – e são a chave para um Portugal mais solidário e desenvolvido

Mariano Martins



Regiões unidas pelo Sim

Milhares de pessoas animadas por ranchos folclóricos, grupos corais e bandas filarmónicas desceram a Avenida da Liberdade, em Lisboa, desde o Marquês de Pombal até aos Restauradores, num colorido desfile representativo das oito regiões do País que, apesar da sua diversi-

dade cultural, se mostraram unidas e solidárias na questão da regionalização. No final do desfile, representantes dos vários movimentos regionalistas apelaram aos eleitores da capital, muitos deles oriundos de outras regiões, para que votem pelo Sim.

págs. 8, 9 e 11



Regiões

Grupos corais, ranchos folclóricos, bandas de música e filarmónicas invadiram, no domingo, 25, a Avenida da Liberdade, em Lisboa. O colorido desfile foi uma iniciativa do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal" e de outros movimentos regionalistas de todo o País. O objectivo foi mostrar que a regionalização pretendida não vai dividir Portugal, antes pelo contrário contribuirá para reforçar a coesão e a solidariedade de um país rico pela sua diversidade cultural. Com o desfile na Avenida da Liberdade e o comício nos Restauradores pretendeu-se também sublinhar que Lisboa também tem a ganhar com a regionalização



Regiões unidas pelo Sim

Texto de Rosário Fernandes
Fotos de Mariano Martins

Regionalistas de todo o País organizaram no domingo, em Lisboa, um grande cortejo etnográfico de apoio ao Sim no referendo de 8 de Novembro. Transformando a Avenida da Liberdade numa verdadeira Avenida das Regiões, bandas, filarmónicas, corais e ranchos animaram a capital. O objectivo foi mostrar que a regionalização não é contra a capital – é pelo País, incluindo os grandes centros urbanos como Lisboa e Porto, onde vivem milhares e milhares de pessoas oriundas de todas as regiões. O que se pretendeu, e conseguiu, foi mostrar que a regionalização pode contribuir para um Portugal mais unido e solidário na sua diversidade. No final do desfile pela Avenida da Liberdade, encabeçado por figuras dos movimentos regionalistas de Norte a Sul, decorreu, nos Restauradores, um comício em que oradores dos mais diferentes quadrantes políticos – do PCP, do PS e do PSD – defenderam uma grande votação no Sim às regiões.

A convite do movimento "Alentejo: Sim à Regionalização por Portugal", movimentos de todo o País juntaram-se em Lisboa no passado domingo, num enorme desfile que reuniu vários milhares de pessoas – animado por ranchos folclóricos, grupos corais e bandas filarmónicas – para mostrar a importância de responder Sim à regionalização e avançar com este processo considerado indispensável à modernização de Portugal.

Após o almoço, dezenas e dezenas de autocarros vindos dos mais diversos pontos do País chegaram ao Parque Eduardo VII transportando cada um a sua parte da cultura portuguesa. Vi-



As regiões desfilaram pela Avenida da Liberdade – a regionalização não é contra Lisboa, é pelo País

nham de Entre-Douro e Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Beira Interior, da Beira Litoral, da Estremadura e Ribatejo, do Alentejo, do Algarve, mas também de Lisboa e Setúbal, zonas que ao longo das

últimas décadas acolheram um grande número de gente que um dia se viu forçada a abandonar o interior, na esperança de conseguir um emprego e um futuro melhor na grande Lisboa.

A concentração de bandas,

ranchos e corais fez-se nas imediações do Marquês de Pombal e o desfile não tardou a ganhar forma, animado com muitas cores e sons, indiferente à chuva miudinha que durante algum tempo teimou em cair. Mas nada

denoveu os participantes, orgulhosos por estarem ali numa grande expressão de convívio, festa e alegria, de quem acredita que chegou a hora de acabar com "um Portugal a duas velocidades", como explicava um

dos manifestantes e "desenvolver harmoniosamente tanto o litoral como o interior do País".

A cabeça do desfile um grupo de jovens transportava enormes peças em esferovite com a mensagem "8xSim", enquanto



Porque Sim



Eurico Figueiredo
Deputado do PS
(Portugal Plural)

Os ataques que têm feito à regionalização cheiram a argumentos fascizantes (quando se procura dividir os portugueses em portugueses que querem rasgar a bandeira nacional e os outros, é dividir os portugueses em patriotas e anti-patriotas; quando se diz que todos os eleitos são corruptos, são argumentos salazaristas) e não acredito que a maioria dos portugueses, que é democrata, vá votar em demagogia fascizante.



Maria Sande Lemos
Militante do PSD
(Portugal Plural)

Eu acredito no Sim e tentarei tudo para que este ganhe, porque acredito que a regionalização é fundamental para o desenvolvimento de Portugal e porque sou militante do PSD e está no nosso programa a regionalização, portanto sei que estou na linha certa votando Sim.



Lurdes Hespanhol
Dirigente do MDM
e do SPZS

Acredito que as regiões, sendo um poder mais perto das populações, poderão resolver melhor os problemas das mesmas. Sendo alentejana e sendo o Alentejo uma das regiões portuguesas com maiores necessidades de regionalização, estou desde o primeiro momento com o Sim, pois tanto o Alentejo como o País vão ter muito a ganhar com as regiões.



Jorge Fraqueiro
(Portugal Solidário/
Beira Interior)

Acredito no Sim à regionalização porque este é um processo de maior democratização do País e fundamentalmente de aproximação dos eleitos ao eleitorado. É esse o objectivo da regionalização e penso que as pessoas que se queixam que os políticos costumam estar distantes do povo compreenderão que a regionalização é o aproximar dos políticos ao povo.



Manuel Marreiros
Presidente da Câmara
Municipal de Aljezur

Acreditar na regionalização é uma convicção que vem da minha experiência como autarca, em que verifico que o poder junto das populações é muito mais eficaz, racional e produtivo. Por isso, sei que existem problemas regionais cuja resolução deveria ser entregue a quem está no terreno, quem conhece melhor, quem está mais perto dos problemas. Daí que seja fundamental para mim dar o Sim à regionalização.



Paulo Neto
Presidente da Câmara
Municipal de Mértola

Acredito na regionalização por convicção, por achar que ela traz grandes benefícios às populações e o maior deles é a participação das pessoas nas decisões da sua região. No Alentejo é uma oportunidade que as populações têm de se pronunciar a tempo se quisermos que esta região, que foi daquelas talvez mais marginalizada, mais desprezada pelo Poder Central, tenha uma oportunidade de poder afirmar-se em torno das potencialidades que tem.



CARAVANA "PORTUGAL EM MARCHA" PASSOU PELO ALENTEJO





“Portugal é o país mais centralista da Europa”

No final da jornada fomos ao encontro de Carlos Pinto de Sá, o presidente da Câmara montemorense, para conhecemos o seu pensar, a respeito da regionalização – caso venha a ser aprovada – para o Alentejo.

Não se fez rogado o presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo: “Em primeiro lugar (infelizmente!), o que temos sentido nestes anos é o impacto na não-regionaliza-

ção, ou melhor dito, de uma regionalização que está feita, mas que não é uma regionalização democrática. Ou seja, neste momento já existem regiões, temos um poder regional. Só que essas regiões e esse poder regional são nomeados de Lisboa, respondem a Lisboa e gerem um imenso montante.

As comissões de coordenação regionais (CCRs) – que é disto que estamos a falar – dispõem

de um orçamento de Estado para o seu funcionamento de perto de 60 milhões de contos, gerem mais de 400 milhões de contos de fundos da Europa e mais cerca de 75 milhões de contos de programas nacionais”.

Prossegue o autarca, que trocou a cátedra de Economia na Universidade de Évora para ombrear com seus conterrâneos montemorenses na luta pela antecipação de um universo pro-

gressista e humanizado: “Portanto, por aqui se vê o poder desta regionalização, que nunca foi votada pelos portugueses. Naturalmente, que ao distribuir as verbas, as pessoas que são nomeadas não atendem aos problemas de Montemor, de Évora, ou aqui das freguesias de Lavre, Corrigadas, Ciborro ou Cabrela, porque esses indivíduos não foram eleitos. Atendem, obviamente, aos desejos do governante que

está em Lisboa e lhes diz para empregarem o dinheiro, desta ou daquela maneira.

Depois, é hoje inconcebível que Portugal seja o país mais centralista da Europa – apenas descentraliza sete por cento das verbas do seu Orçamento, contra uma média de 14 por cento na União Europeia. E seria um erro grave para Portugal – embora apenas um adiamento – se, porventura, a regionalização não

avançasse agora, porque a ausência de regiões significa, inclusive, uma perda de capacidade negocial no âmbito da União Europeia, onde as regiões têm cada vez mais força”.

Cá ficamos atentos aos resultados deste desafio da modernidade, a enfrentar também por Montemor-o-Novo, na qualidade de organismo vivo e actuante da Região Alentejo... □ G.R.

Diário do Alentejo

Diário do Alentejo

ANO LXVII Nº 864 (1ª SÉRIE) • 13 A 19 DE NOVEMBRO DE 1998 • JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • DIRECTOR INTERINO: CARLOS LOPES PEREIRA • SAÍ ÀS SEXTAS-FEIRAS • 130800 • TAXA PAGA 7800 BEJA

Regionalização:
vitória do Sim
só no Alentejo

No referendo de 8 de Novembro,
os alentejanos votaram
maioritariamente pelo **Sim**
à regionalização
e pelo **Sim** à Região Alentejo



Só o Alentejo votou, no referendo nacional de 8 de Novembro, pelo **Sim** à regionalização e pelo **Sim** à Região Alentejo. No resto do País, o **Não** foi vencedor por larga maioria. No Alentejo, os distritos de Beja e Évora votaram **Sim** às duas perguntas, o distrito de Portalegre optou por um duplo **Não**, enquanto no Litoral Alentejano os concelhos de

Alcácer do Sal e Sines votaram duas vezes **Sim**, o de Santiago do Cacém votou **Não** e **Não** e o de Grândola escolheu o **Sim** e o **Não**. No Alentejo, com uma abstenção ligeiramente superior a 50%, votaram 233 048 eleitores, dos quais 120 160 no **Sim** à regionalização e 102 974 no **Não**. No **Sim** ao Alentejo votaram 111 825 eleitores. pág. 2 a 9

Uma vitória do povo alentejano

Alentejo

Sim à Regionalização por Portugal

